

Relatório Anual 2015





SUMÁRIO

Mensagem Da Diretoria.....	3
Glossário.....	4
Composição dos Conselhos.....	7
Perfil dos Participantes.....	9
Evolução do Patrimônio.....	10
Rentabilidade Mensal.....	11
Rentabilidade Acumulada.....	12
Despesas da Entidade.....	13
Demonstrações Contábeis	
Balanço Patrimonial Consolidado.....	15
Demonstração da Mutação do Patrimônio Social Consolidado.....	16
Demonstração do Plano de Gestão Administrativa Consolidado.....	17
Demonstração da Mutação do Ativo Líquido.....	20
Demonstração do Ativo Líquido.....	22
Demonstração da Provisão Técnica.....	24
Notas Explicativas.....	26
Relatório dos Auditores Independentes.....	43
Parecer do Conselho Fiscal.....	45
Ata de Reunião do Conselho Deliberativo.....	46
Pareceres Atuariais	
Parecer Actuarial – Plano A.....	47
Parecer Actuarial – Plano D.....	58
Informa�es Sobre as Políticas de Investimentos.....	70
Demonstrativo de Investimentos.....	73
Alteração de Estatuto.....	76



MENSAGEM DA DIRETORIA

FACILITANDO O ENTENDIMENTO

Comunicar nem sempre é fácil e quando falamos sobre finanças e previdência a situação ainda é mais delicada. São muitos termos complexos que acabam colaborando para o desinteresse da maioria das pessoas. Para piorar, culturalmente, este assunto não está inserido nas conversas de grande parte das famílias brasileiras e nem no currículo escolar.

Para mudar este cenário, as entidades de previdência complementar têm a responsabilidade de disponibilizar conteúdos com linguagem simples e de fácil entendimento, que ajudem os participantes e familiares a lidar melhor com o dinheiro, com o seu plano de aposentadoria e, desta forma, tomar melhores decisões em suas vidas.

Pensando assim, a Previ Novartis lançou uma versão reformulada do seu site de participante – www.previnovartis.com.br - e trouxe informações mais acessíveis sobre o Plano de Benefícios, perguntas frequentes, simulador, conteúdos sobre investimentos e educação financeira. Basta acessar o site e inserir seu login e senha.

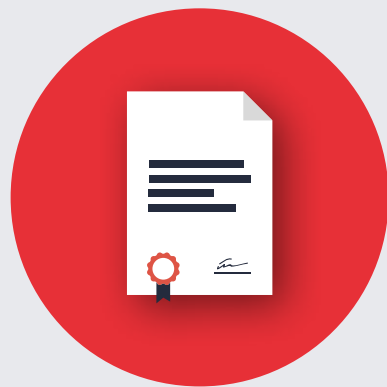
Além disso, com a reformulação os participantes podem consultar o cadastro, saldo, extrato e acompanhar mais de perto os resultados de investimentos, minimizando as dúvidas ou dificuldades no acesso. Tudo de uma forma bem interativa.

E por falar em acompanhar, este Relatório Anual é um importante instrumento para você se atualizar sobre a administração do seu plano e da Previ Novartis. Esta versão resumida também tem o papel de educar, com o uso de textos mais leves e de fácil compreensão. Já na versão completa, você pode saber o significado de cada um dos documentos no Glossário, por exemplo.

Boa leitura.

Diretoria Executiva





GLOSSÁRIO



ATA DO CONSELHO DELIBERATIVO

Ata da reunião do Conselho Deliberativo é o documento que formaliza os assuntos tratados em determinada reunião. Especificamente neste caso, a ata do conselho demonstra que seus membros estão cientes das demonstrações apresentadas e que aprovam seu conteúdo. Se necessário, podem constar da ata informações adicionais que sejam consideradas necessárias para sua liberação. O Conselho Deliberativo é responsável pelo controle, deliberação e orientação administrativa da Entidade e por determinadas ações, tais como: aprovação dos cálculos atuariais, das demonstrações contábeis e dos planos de custeio da Entidade e definição da política de investimentos, dentre outras.

BALANÇO PATRIMONIAL

Balanço patrimonial é o documento que apresenta a posição do patrimônio da Entidade em determinada data (normalmente em 31 de dezembro) e sempre comparando-o ao resultado do ano anterior. É composto pelo Ativo, que representa o conjunto dos bens e direitos da Entidade (aplicação dos recursos), e pelo Passivo, que representa as obrigações da Entidade (origem dos recursos).

DEMONSTRAÇÃO DA MUTAÇÃO DO ATIVO LÍQUIDO (DMAL) E DEMONSTRAÇÃO DA MUTAÇÃO DO PATRIMÔNIO SOCIAL (DMPS)

As demonstrações de mutação são documentos contábeis elaborados para evidenciar em um determinado período (normalmente a data do balanço patrimonial) a movimentação (entradas e saídas) das contas que compõem o patrimônio social da Entidade e o ativo líquido de cada plano.

DEMONSTRAÇÃO DAS PROVISÕES TÉCNICAS (DPT)

Demonstração das provisões técnicas do plano de benefícios é o documento destinado a apresentar, de forma analítica, as alterações realizadas nas provisões matemáticas e no equilíbrio técnico que influenciarão diretamente o patrimônio de cobertura do plano, considerando a totalidade dos compromissos.

DEMONSTRAÇÃO DO ATIVO LÍQUIDO (DAL)

Demonstração do ativo líquido é o documento contábil que apresenta a posição financeira das contas patrimoniais que compõem o ativo líquido e também o patrimônio social. Este documento deve ser elaborado e apresentado por plano de benefícios e a sua data base deve acompanhar a data em que está posicionado o balanço patrimonial.

DEMONSTRAÇÃO DO PLANO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA (DPGA)

Demonstração do plano de gestão administrativa é o documento que demonstra a movimentação realizada nas contas administrativas da Entidade, apresentando, de forma clara e objetiva, todas as alterações que influenciaram o resultado do fundo administrativo.

DEMONSTRATIVO DE INVESTIMENTOS

O demonstrativo de investimentos é o documento elaborado e enviado mensalmente para a Superintendência Nacional de Previdência Complementar – Previc, que apresenta o valor dos investimentos dos planos de benefícios administrados pela Entidade por segmento (renda fixa e variável), a distribuição e alocação dos recursos, os limites de alocação atual versus o que foi definido pela política de investimentos e os limites definidos na legislação vigente. Apresenta também a rentabilidade dos investimentos por segmento, a diferença entre a rentabilidade do segmento e a sua meta atuarial, os custos de gestão dos recursos e as modalidades de aplicação.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Notas explicativas às demonstrações contábeis é o documento que identifica a criação e evolução dos planos de benefícios administrados pela Entidade e, além de resumir as principais práticas contábeis utilizadas, descreve os critérios adotados na apropriação das entradas e saídas e na avaliação dos elementos patrimoniais.

PARECER ATUARIAL

Parecer atuarial é o resultado de um estudo técnico (avaliação atuarial) realizado anualmente nos planos de benefícios administrados pela Entidade. Este documento é elaborado e assinado por um atuário (profissional especializado em previdência) e deve trazer todas as informações pertinentes ao estudo realizado, como os principais resultados, as hipóteses utilizadas e, principalmente, a conclusão do atuário em relação ao estudo. As informações estatísticas e financeiras dos planos e suas respectivas regras regulamentares também são fundamentais para o estudo, que tem como objetivo principal avaliar a saúde financeira dos planos e determinar os custos que serão praticados no ano seguinte.

PARECER DO AUDITOR INDEPENDENTE

Parecer do Auditor é o documento resultante da auditoria realizada anualmente na Entidade. O parecer do auditor é elaborado e assinado por um contador e deve expressar a opinião deste em relação às demonstrações contábeis e, principalmente, se as referidas demonstrações refletem a realidade e se estão de acordo com a legislação e as práticas contábeis adotadas no Brasil.

PARECER DO CONSELHO FISCAL

Parecer da reunião do Conselho Fiscal é o documento que apresenta a opinião do Conselho Fiscal sobre as demonstrações financeiras, fazendo constar todas as informações complementares que julgarem necessárias. O conselho fiscal, além de ser responsável pela fiscalização da Entidade, deve zelar pela sua gestão econômico-financeira e também responder por algumas ações, destacando-se dentre as principais: examinar demonstrações financeiras, livros e documentos da Entidade, acusar as irregularidades e sugerir medidas saneadoras, elaborar o relatório de controles internos do Conselho Fiscal.

POLÍTICA DE INVESTIMENTOS

A política de investimentos é o documento que estabelece as regras e condições para a aplicação dos recursos dos planos de benefícios administrados pela Entidade no mercado financeiro. Desenvolvida com base no grau de tolerância a risco e objetivos de investimentos de longo prazo, a finalidade da política de investimentos é garantir uma gestão prudente e eficiente, visando a manutenção do equilíbrio entre seus ativos (aplicações financeiras) e passivo (dívidas).



COMPOSIÇÃO
DOS CONSELHOS



CONSELHO DELIBERATIVO

Presidente	Daniel Antonio Perin
Conselheiro (Titular)	Elaine Bernardino
Representante dos Participantes (Titular)	Corinna Hoffmann
Representante dos Aposentados (Titular)	Eduardo Ambrosini
Conselheiro (Suplente)	Ricardo Maykot
Conselheiro (Suplente)	Paulo Rodrigues
Representante dos Participantes (Suplente)	-
Representante dos Aposentados (Suplente)	Orlando Fongaro

CONSELHO FISCAL

Presidente	Anderson Garbin
Conselheiro (Titular)	Maurício Tomiello
Representante dos Participantes (Titular)	Luciano Corradini
Representante dos Aposentados (Titular)	Paulo Muradian
Conselheiro-Suplente	Sara Ramos
Representante dos Participantes (Suplente)	Gerson Teixeira
Representante dos Aposentados (Suplente)	Claudio Guessi

DIRETORIA EXECUTIVA

Diretor-presidente	Francisco Cervantes
Diretor	Mucio Maia (AETQ)
Diretor	Renata Desiderio
Diretor	Yara Baxter



PERFIL DOS PARTICIPANTES

	Plano A	Plano D
Ativos	183	1.719
Autopatrocínados	0	12
BPDs	214	532
Aposentados	376	24
Pensionistas	98	2
AOP*	34	246
Total	871	2.535

*desligados, aguardando opção pelo instituto



PERFIL DO BENEFÍCIO/INSTITUTOS

EM REAIS

	Plano A	Plano D
Portabilidade	-	1.669.125
Resgate	9.504.283	7.297.929
Aposentadoria mensal	28.655.496	1.175.184
Aposentadoria pagamento único	944.126	203.969
Total	39.103.906	10.346.208



EVOLUÇÃO DO PATRIMÔNIO

(em milhões de reais)



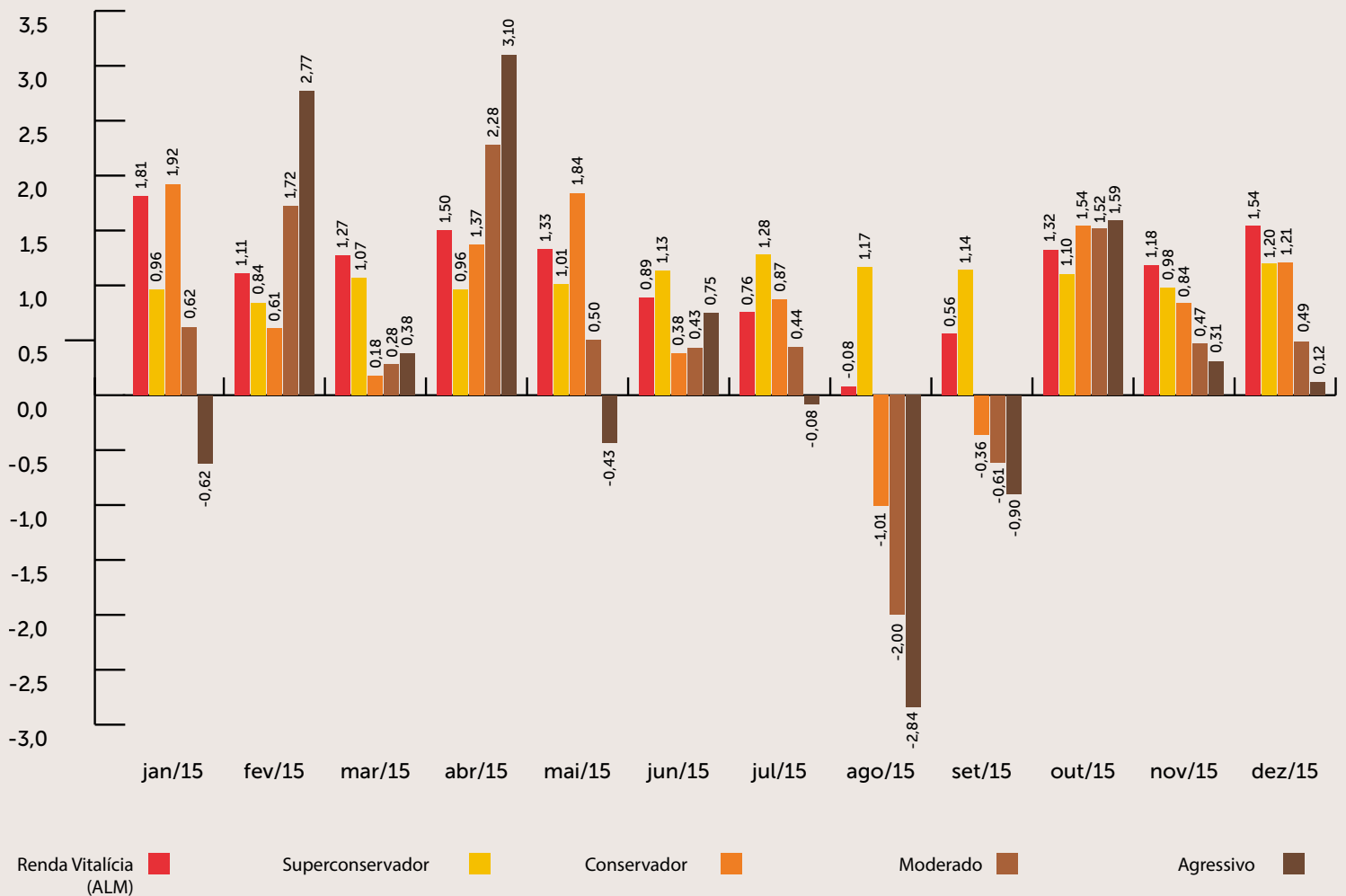
Plano A ■ Plano D ■

PGA A	PGA D
110	807
milhares de reais	



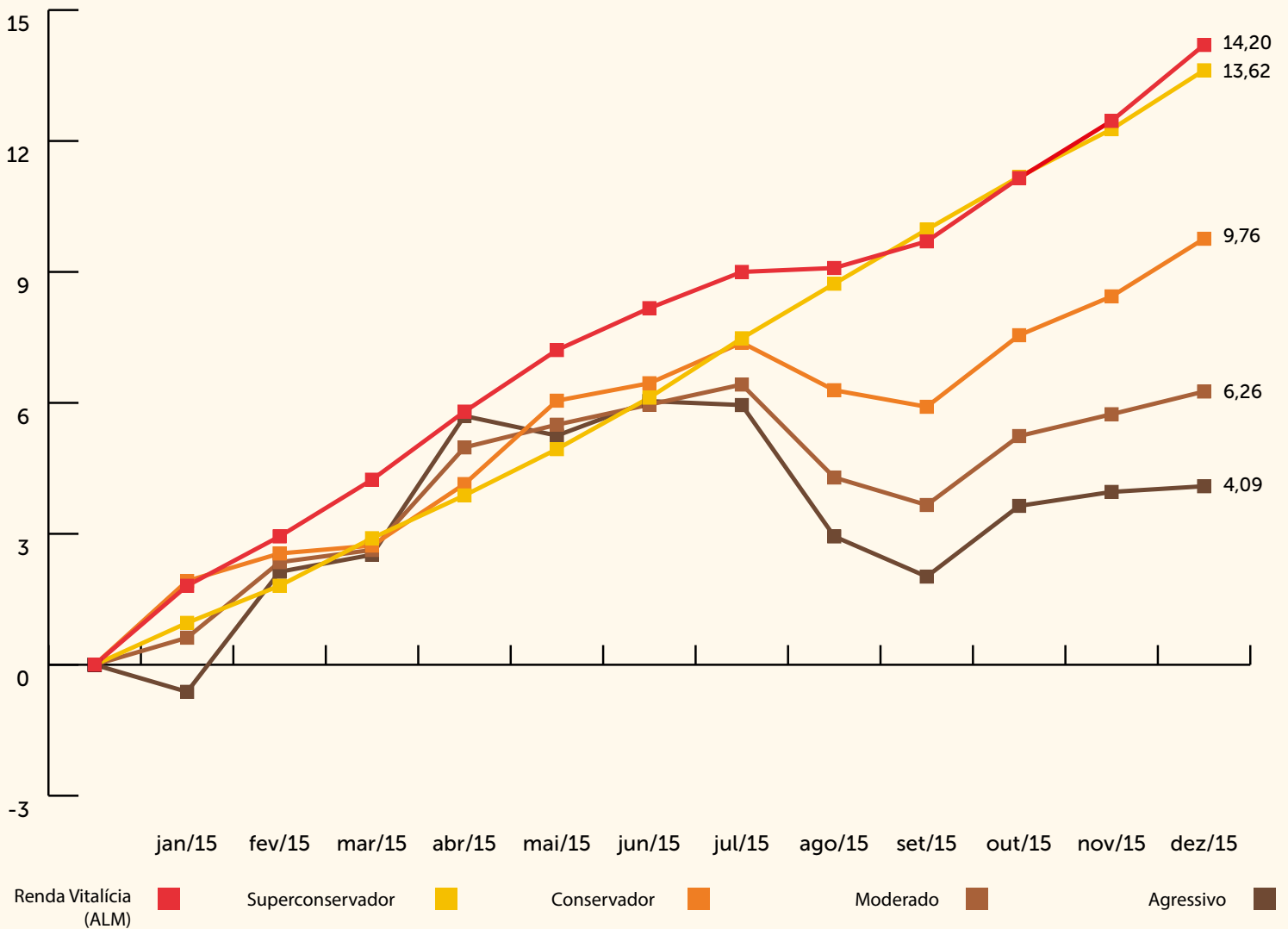


RENTABILIDADE MENSAL





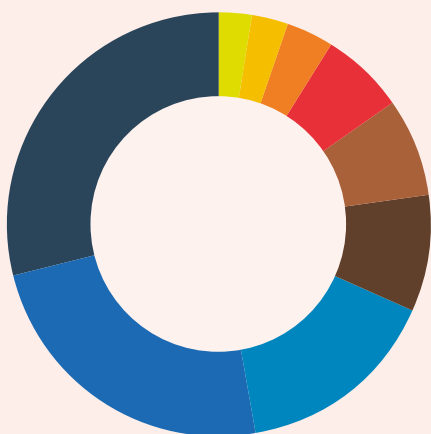
RENTABILIDADE ACUMULADA





DESPESAS DA ENTIDADE

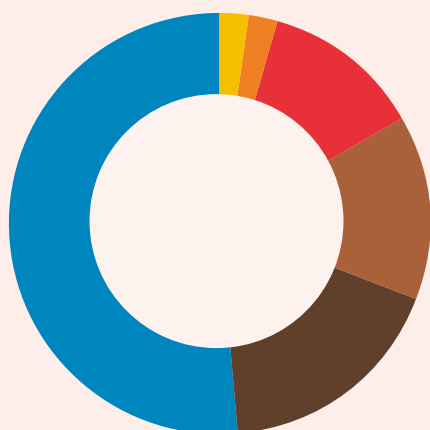
DESPESAS ADMINISTRATIVAS



	R\$
2,7%	Processamento de Dados 63.772
2,7%	Auditoria Externa 64.853
3,7%	Consultoria Contábil 90.049
6,4%	Assessoria Jurídica 153.563
7,5%	Demais Despesas 179.417
8,8%	Impostos e Taxas 210.901
15,6%	Consultoria Atuarial 374.373
23,9%	Rateios Recebidos* 574.901
28,7%	Pessoal Cedido (colaboradores da patrocinadora) 688.426

Total: 2.400.259

DESPESAS COM INVESTIMENTOS



* Refere-se às despesas com informática, tecnologia, aluguel de espaço, jurídico, NBS, eventos, etc.

	R\$
0,1%	Demais Despesas 845
2,2%	Auditoria 52.361
2,4%	Gestão das Carteiras 55.854
12,2%	Consultoria de Investimentos 287.948
14,2%	Taxa de Custódia 334.596
17,7%	Taxas ANBID/CVM/CETIP/SELIC 417.596
51,2%	Taxa de Administração 1.207.011

Total: 2.356.215



INFORMAÇÕES CONTÁBEIS



BALANÇO PATRIMONIAL

CONSOLIDADO

(em milhares de reais)

ATIVO	NOTA	31/12/2015	31/12/2014
Disponível		498	336
Realizável		900.760	828.383
Gestão Previdencial	5	1.931	2.373
Gestão Administrativa	5	1.314	1.005
Investimentos	6	897.515	825.005
Fundos de Investimentos		897.515	824.617
Outros Realizáveis		-	388
TOTAL DO ATIVO		901.258	828.719
PASSIVO	NOTA	31/12/2015	31/12/2014
Exigível Operacional	7	1.597	949
Gestão Previdencial		1.472	464
Gestão Administrativa		125	97
Investimentos		-	388
Exigível Contingencial	8	1.116	864
Gestão Previdencial		-	13
Gestão Administrativa		1.116	851
Patrimônio Social		898.545	826.906
Patrimônio de Cobertura do Plano		786.499	732.719
Provisões Matemáticas	9	784.475	722.729
Benefícios Concedidos		370.163	340.391
Benefícios a Conceder		419.842	388.351
(-) Provisões Matemáticas a Constituir		(5.530)	(6.013)
Equilíbrio Técnico	10	2.024	9.990
Resultados Realizados		2.024	9.990
Superávit Técnico Acumulado		2.024	9.990
Fundos	11	112.046	94.187
Fundos Previdenciais		111.127	93.094
Fundos Administrativos		919	1.093
TOTAL DO PASSIVO		901.258	828.719

As Notas Explicativas da Administração são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

Francisco Javier Martinez
Diretora-presidente
CPF: 237.641.688-46

Reginaldo José Camilo
Contador
CRC: 1SP 114.497/O-9
CPF: 859.338.648-20

Mucio de Campos Maia Neto
Diretor-AETQ
CPF: 064.357.868-44

DEMONSTRAÇÃO DA MUTAÇÃO DO PATRIMÔNIO SOCIAL

CONSOLIDADO

(em milhares de reais)

DESCRIÇÃO	31/12/2015	31/12/2014	Variação (%)
A) PATRIMÔNIO SOCIAL - INÍCIO DO EXERCÍCIO	826.906	738.164	12
1. ADIÇÕES	166.162	130.057	28
(+) Contribuições Previdenciais	63.170	23.526	169
(+) Resultado Positivo Líquido dos Investimentos - Gestão Previdencial	100.283	103.581	(3)
(+) Reversão Líquida de Contingências - Gestão Previdencial	13	-	100
(+) Receitas Administrativas	2.561	2.799	(9)
(+) Resultado Positivo Líquido dos Investimentos - Gestão Administrativa	135	151	(11)
2. DESTINAÇÕES	(94.523)	(41.315)	129
(-) Benefícios	(91.653)	(38.548)	138
(-) Despesas Administrativas	(2.870)	(2.634)	9
(-) Constituição Líquida de Contingências - Gestão Administrativa	-	(133)	(100)
3. ACRÉSCIMO/DECRÉSCIMO NO PATRIMÔNIO SOCIAL (1 + 2)	71.639	88.742	(19)
(+/-) Provisões Matemáticas	61.746	65.588	(6)
(+/-) Superávit (Déficit) Técnico do Exercício	(7.966)	17.104	(147)
(+/-) Fundos Previdenciais	18.033	5.867	207
(+/-) Fundos Administrativos	(174)	183	(195)
4. OPERAÇÕES TRANSITÓRIAS	-	-	-
B) PATRIMÔNIO SOCIAL NO FINAL DO EXERCÍCIO (A + 3 + 4)	898.545	826.906	9

As Notas Explicativas da Administração são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

Francisco Javier Martinez
Diretora-presidente
CPF: 237.641.688-46

Reginaldo José Camilo
Contador
CRC: 1SP 114.497/O-9
CPF: 859.338.648-20

Mucio de Campos Maia Neto
Diretor-AETQ
CPF: 064.357.868-44

DEMONSTRAÇÃO DO PLANO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA CONSOLIDADA

(em milhares de reais)

DESCRIÇÃO	31/12/2015	31/12/2014	Varição (%)
A) FUNDO ADMINISTRATIVO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	1.093	910	20
1. CUSTEIO DA GESTÃO ADMINISTRATIVA	2.696	2.950	(9)
1.1. RECEITAS	2.696	2.950	(9)
Custeio Administrativo da Gestão Previdencial	2.171	2.394	(9)
Custeio Administrativo dos Investimentos	-	346	(100)
Resultado Positivo Líquido dos Investimentos	135	151	(11)
Outras Receitas	390	59	561
2. DESPESAS ADMINISTRATIVAS	(2.870)	(2.634)	9
2.1. ADMINISTRAÇÃO PREVIDENCIAL	(2.688)	(2.228)	21
Pessoal e Encargos	(709)	(416)	70
Treinamentos/Congressos e Seminários	(7)	(28)	(75)
Viagens e Estadias	(1)	(1)	-
Serviços de Terceiros	(1.186)	(913)	30
Despesas Gerais	(607)	(856)	(29)
Depreciações e Amortizações	-	(14)	(100)
Tributos	(178)	-	100
2.2. ADMINISTRAÇÃO DOS INVESTIMENTOS	-	(406)	(100)
Serviços de Terceiros	-	(406)	(100)
2.3 ADMINISTRAÇÃO ASSISTENCIAL	-	-	-
2.4 OUTRAS DESPESAS	(182)	-	100
3. Constituição/Reversão de Contingências Administrativas	-	(133)	(100)
4. Reversão de Recursos para o Plano de Benefícios	-	-	-
5. Resultado Negativo Líquido dos Investimentos	-	-	-
6. Sobra/Insuficiência da Gestão Administrativa (1-2-3-4-5)	(174)	183	(195)
7. Constituição/Reversão do Fundo Administrativo (6)	(174)	183	(195)
8. Operações Transitórias	-	-	-
B) Fundo Administrativo do Exercício Atual (A+7+8)	919	1.093	(16)

As Notas Explicativas da Administração são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

Francisco Javier Martinez
Diretora-presidente
CPF: 237.641.688-46

Reginaldo José Camilo
Contador
CRC: 1SP 114.497/O-9
CPF: 859.338.648-20

Mucio de Campos Maia Neto
Diretor-AETQ
CPF: 064.357.868-44

DEMONSTRAÇÃO DO PLANO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA

PLANO DE BENEFÍCIOS A

(em milhares de reais)

DESCRIÇÃO	31/12/2015	31/12/2014	Variação (%)
A) FUNDO ADMINISTRATIVO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	169	295	(43)
1. CUSTEIO DA GESTÃO ADMINISTRATIVA	511	721	(29)
1.1. RECEITAS	511	721	(29)
Custeio Administrativo da Gestão Previdencial	279	450	(38)
Custeio Administrativo dos Investimentos	-	81	(100)
Resultado Positivo Líquido dos Investimentos	14	174	(92)
Outras Receitas	218	16	1.263
2. DESPESAS ADMINISTRATIVAS	(570)	(808)	(29)
2.1. ADMINISTRAÇÃO PREVIDENCIAL	(570)	(708)	(19)
2.1.1 Despesas Comuns	(492)	(708)	(31)
2.1.2 Despesas Específicas	(78)	-	100
Tributos	(78)	-	100
2.2. ADMINISTRAÇÃO DOS INVESTIMENTOS	-	(100)	(100)
2.2.1 Despesas Comuns	-	(100)	(100)
3. Constituição/Reversão de Contingências Administrativas	-	(39)	(100)
4. Reversão de Recursos para o Plano de Benefícios	-	-	-
5. Resultado Negativo Líquido dos Investimentos	-	-	-
6. Sobra/Insuficiência da Gestão Administrativa (1-2-3-4-5)	(59)	(126)	(53)
7. Constituição/Reversão do Fundo Administrativo (6)	(59)	(126)	(53)
8. Operações Transitórias	-	-	-
B) Fundo Administrativo do Exercício Atual (A+7+8)	110	169	(35)

As Notas Explicativas da Administração são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

Francisco Javier Martinez
Diretora-presidente
CPF: 237.641.688-46

Reginaldo José Camilo
Contador
CRC: 1SP 114.497/O-9
CPF: 859.338.648-20

Mucio de Campos Maia Neto
Diretor-AETQ
CPF: 064.357.868-44

DEMONSTRAÇÃO DO PLANO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA

PLANO DE BENEFÍCIOS D

(em milhares de reais)

DESCRIÇÃO	31/12/2015	31/12/2014	Variação (%)
A) FUNDO ADMINISTRATIVO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	924	615	50
1. CUSTEIO DA GESTÃO ADMINISTRATIVA	2.185	2.252	(3)
1.1. RECEITAS	2.185	2.252	(3)
Custeio Administrativo da Gestão Previdencial	1.892	1.944	(3)
Custeio Administrativo dos Investimentos	-	265	(100)
Resultado Positivo Líquido dos Investimentos	121	-	100
Outras Receitas	172	43	300
2. DESPESAS ADMINISTRATIVAS	(2.300)	(1.826)	26
2.1. ADMINISTRAÇÃO PREVIDENCIAL	(2.118)	(1.520)	39
2.1.1 Despesas Comuns	(2.017)	(1.520)	33
2.1.2 Despesas Específicas	(101)	-	100
Despesas Gerais	(1)	-	100
Tributos	(100)	-	100
2.2. ADMINISTRAÇÃO DOS INVESTIMENTOS	-	(306)	(100)
2.2.1 Despesas Comuns	-	(306)	(100)
2.2.2 Despesas Específicas	-	-	-
2.3 Outras Despesas	(182)	-	100
3. Constituição/Reversão de Contingências Administrativas	-	(94)	(100)
4. Reversão de Recursos para o Plano de Benefícios	-	-	-
5. Resultado Negativo Líquido dos Investimentos	-	(23)	(100)
6. Sobra/Insuficiência da Gestão Administrativa (1-2-3-4-5)	(115)	309	(137)
7. Constituição/Reversão do Fundo Administrativo (6)	(115)	309	(137)
8. Operações Transitórias	-	-	-
B) Fundo Administrativo do Exercício Atual (A+7+8)	809	924	(12)

As Notas Explicativas da Administração são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

Francisco Javier Martinez
Diretora-presidente
CPF: 237.641.688-46

Reginaldo José Camilo
Contador
CRC: 1SP.114.497/O-9
CPF: 859.338.648-20

Mucio de Campos Maia Neto
Diretor-AETQ
CPF: 064.357.868-44

DEMONSTRAÇÃO DA MUTAÇÃO DO ATIVO LÍQUIDO

PLANO DE BENEFÍCIOS A

(em milhares de reais)

DESCRIÇÃO	31/12/2015	31/12/2014	Variação (%)
A) ATIVO LÍQUIDO - INÍCIO DO EXERCÍCIO	676.481	618.425	9
1. ADIÇÕES	115.438	91.633	26
(+) Contribuições	32.490	5.386	503
(+) Resultado Positivo Líquido dos Investimentos - Gestão Previdencial	82.935	86.247	(4)
(+) Reversão Líquida de Contingências - Gestão Previdencial	13	-	100
2. DESTINAÇÕES	(68.808)	(33.577)	105
(-) Benefícios	(68.529)	(33.127)	107
(-) Custeio Administrativo	(279)	(450)	(38)
3. ACRÉSCIMO/DECRÉSCIMO NO ATIVO LÍQUIDO (1 + 2)	46.630	58.056	(20)
(+/-) Provisões Matemáticas	38.125	37.324	2
(+/-) Fundos Previdenciais	8.505	11.273	(25)
(+/-) Superávit (Déficit) Técnico do Exercício	-	9.459	(100)
4. OPERAÇÕES TRANSITÓRIAS	-	-	-
B) ATIVO LÍQUIDO - FINAL DO EXERCÍCIO (A + 3 + 4)	723.111	676.481	7
C) FUNDOS NÃO PREVIDENCIAIS	110	169	(35)
(+/-) Fundos Administrativos	110	169	(35)

As Notas Explicativas da Administração são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

Francisco Javier Martinez
Diretora-presidente
CPF: 237.641.688-46

Reginaldo José Camilo
Contador
CRC: 1SP 114.497/O-9
CPF: 859.338.648-20

Mucio de Campos Maia Neto
Diretor-AETQ
CPF: 064.357.868-44

DEMONSTRAÇÃO DA MUTAÇÃO DO ATIVO LÍQUIDO

PLANO DE BENEFÍCIOS D

(em milhares de reais)

DESCRIÇÃO	31/12/2015	31/12/2014	Variação (%)
A) ATIVO LÍQUIDO - INÍCIO DO EXERCÍCIO	149.332	118.829	26
1. ADIÇÕES	50.199	37.868	33
(+) Contribuições	32.851	20.534	60
(+) Resultado Positivo Líquido dos Investimentos - Gestão Previdencial	17.348	17.334	-
(+) Reversão Líquida de Contingências - Gestão Previdencial	-	-	-
2. DESTINAÇÕES	(25.016)	(7.365)	240
(-) Benefícios	(23.124)	(5.421)	327
(-) Custeio Administrativo	(1.892)	(1.944)	(3)
3. ACRÉSCIMO/DECRÉSCIMO NO ATIVO LÍQUIDO (1 + 2)	25.183	30.503	(17)
(+/-) Provisões Matemáticas	23.621	28.264	(16)
(+/-) Fundos Previdenciais	9.528	(5.406)	(276)
(+/-) Superávit (Déficit) Técnico do Exercício	(7.966)	7.645	(204)
4. OPERAÇÕES TRANSITÓRIAS	-	-	-
B) ATIVO LÍQUIDO - FINAL DO EXERCÍCIO (A + 3 + 4)	174.515	149.332	17
C) FUNDOS NÃO PREVIDENCIAIS	809	924	(12)
(+/-) Fundos Administrativos	809	924	(12)

As Notas Explicativas da Administração são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

Francisco Javier Martinez
Diretora-presidente
CPF: 237.641.688-46

Reginaldo José Camilo
Contador
CRC: 1SP 114.497/O-9
CPF: 859.338.648-20

Mucio de Campos Maia Neto
Diretor-AETQ
CPF: 064.357.868-44

DEMONSTRAÇÃO DO ATIVO LÍQUIDO

PLANO DE BENEFÍCIOS A

(em milhares de reais)

DESCRIÇÃO	31/12/2015	31/12/2014	Variação (%)
1. Ativos	724.501	677.457	7
Disponível	495	307	61
Recebível	332	623	(47)
Investimento	723.674	676.527	7
Fundos de Investimento	723.536	676.139	7
Outros Realizáveis	138	388	(64)
2. Obrigações	1.280	807	59
Operacional	1.280	794	61
Contingencial	-	13	(100)
3. Fundos não Previdenciais	110	169	(35)
Fundos Administrativos	110	169	(35)
4. Resultados a Realizar	-	-	-
5. Ativo Líquido (1-2-3-4)	723.111	676.481	7
Provisões Matemáticas	627.451	589.326	6
Fundos Previdenciais	95.660	87.155	10
6. Apuração do Equilíbrio Técnico Ajustado	-	-	-

As Notas Explicativas da Administração são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

Francisco Javier Martinez
Diretora-presidente
CPF: 237.641.688-46

Reginaldo José Camilo
Contador
CRC: 1SP 114.497/O-9
CPF: 859.338.648-20

Mucio de Campos Maia Neto
Diretor-AETQ
CPF: 064.357.868-44

DEMONSTRAÇÃO DO ATIVO LÍQUIDO

PLANO DE BENEFÍCIOS D

(em milhares de reais)

DESCRIÇÃO	31/12/2015	31/12/2014	Variação (%)
1. Ativos	176.603	150.314	17
Disponível	3	29	(90)
Recebível	2.518	2.843	(11)
Investimento	174.082	147.442	18
Fundos de Investimento	173.133	147.442	17
Outros Realizáveis	949	-	100
2. Obrigações	1.279	58	2.105
Operacional	1.279	58	2.105
3. Fundos não Previdenciais	809	924	(12)
Fundos Administrativos	809	924	(12)
4. Resultados a Realizar	-	-	-
5. Ativo Líquido (1-2-3-4)	174.515	149.332	17
Provisões Matemáticas	157.024	133.403	18
Superávit/Déficit Técnico	2.024	9.990	(80)
Fundos Previdenciais	15.467	5.939	160
6. Apuração do Equilíbrio Técnico Ajustado	2.024	9.990	(80)
a) Equilíbrio Técnico	2.024	9.990	(80)
b) (+/-) Ajustes de Precificação	-	-	-
c) (+/-) Equilíbrio Técnico Ajustado = (a+b)	2.024	9.990	(80)

As Notas Explicativas da Administração são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

Francisco Javier Martinez
Diretora-presidente
CPF: 237.641.688-46

Reginaldo José Camilo
Contador
CRC: 1SP 114.497/O-9
CPF: 859.338.648-20

Mucio de Campos Maia Neto
Diretor-AETQ
CPF: 064.357.868-44

DEMONSTRAÇÃO DAS PROVISÕES TÉCNICAS DO PLANO DE BENEFÍCIOS

PLANO DE BENEFÍCIOS A

(em milhares de reais)

DESCRIÇÃO	31/12/2015	31/12/2014	Variação (%)
Provisões Técnicas (1 + 2 + 3 + 4 + 5)	724.391	677.288	7
1. Provisões Matemáticas	627.451	589.326	6
1.1 Benefícios Concedidos	362.149	334.125	8
Contribuição Definida	78.194	69.372	13
Benefício Definido	283.955	264.753	7
1.2 Benefícios a Conceder	270.832	261.214	4
Contribuição Definida	267.287	255.252	5
Saldo de Contas - parcela patrocinador(es)/instituidor(es)	146.143	140.095	4
Saldo de Contas - parcela participantes	121.144	115.157	5
Benefício Definido	3.545	5.962	(41)
1.3 (-) Provisões Matemáticas a Constituir	(5.530)	(6.013)	(8)
(-) Serviço Passado	(5.530)	(6.013)	(8)
(-) Patrocinador(es)	(5.530)	(6.013)	(8)
2. Equilíbrio Técnico	-	-	-
3. Fundos	95.660	87.155	10
3.1. Fundos Previdenciais	95.660	87.155	10
4. Exigível Operacional	1.280	794	61
4.1. Gestão Previdencial	1.136	406	180
4.2. Investimentos - Gestão Previdencial	144	388	(63)
5. Exigível Contingencial	-	13	(100)
5.1. Gestão Previdencial	-	13	(100)

As Notas Explicativas da Administração são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

Francisco Javier Martinez
Diretora-presidente
CPF: 237.641.688-46

Reginaldo José Camilo
Contador
CRC: 1SP 114.497/O-9
CPF: 859.338.648-20

Mucio de Campos Maia Neto
Diretor-AETQ
CPF: 064.357.868-44

DEMONSTRAÇÃO DAS PROVISÕES TÉCNICAS DO PLANO DE BENEFÍCIOS

PLANO DE BENEFÍCIOS D

(em milhares de reais)

DESCRIÇÃO	31/12/2015	31/12/2014	Variação (%)
Provisões Técnicas (1 + 2 + 3 + 4 + 5)	175.794	149.390	18
1. Provisões Matemáticas	157.024	133.403	18
1.1 Benefícios Concedidos	8.014	6.266	28
Contribuição Definida	6.156	4.746	30
Benefício Definido	1.858	1.520	22
1.2 Benefícios a Conceder	149.010	127.137	17
Contribuição Definida	142.773	121.123	18
Saldo de Contas - parcela patrocinador(es)/instituidor(es)	58.401	49.172	19
Saldo de Contas - parcela participantes	84.372	71.951	17
Benefício Definido	6.237	6.014	4
2. Equilíbrio Técnico	2.024	9.990	(80)
2.1 Resultados Realizados	2.024	9.990	(80)
Superávit Técnico Acumulado	2.024	9.990	(80)
Reserva de Contingência	2.024	1.884	7
Reserva para Revisão de Plano	-	8.106	(100)
3. Fundos	15.467	5.939	160
3.1. Fundos Previdenciais	15.467	5.939	160
4 . Exigível Operacional	1.279	58	2.105
4.1. Gestão Previdencial	336	58	479
4.2. Investimentos - Gestão Previdencial	943	-	100
5. Exigível Contingencial	-	-	-

As Notas Explicativas da Administração são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

Francisco Javier Martinez
Diretora-presidente
CPF: 237.641.688-46

Reginaldo José Camilo
Contador
CRC: 1SP 114.497/O-9
CPF: 859.338.648-20

Mucio de Campos Maia Neto
Diretor-AETQ
CPF: 064.357.868-44



NOTAS
EXPLICATIVAS
ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS



NOTA 1

CONTEXTO OPERACIONAL

A Previ Novartis - Sociedade de Previdência Privada ("Previ Novartis") é uma entidade fechada de previdência privada, sem fins lucrativos, constituída em 20 de abril de 1988, de acordo com a autorização de funcionamento por tempo indeterminado concedida pela Portaria no 4.214 do Ministério da Previdência e Assistência Social (MPS), e em conformidade com a Lei Complementar no 109 de 29 de maio de 2001. A Portaria Ministerial no 5.178, de 4 de maio de 1999, autorizou a incorporação do Instituto Sandoz de Seguridade Social pela Entidade.

A Entidade tem como objeto a Administração de planos de benefícios, de natureza previdenciária, conforme definido nos Regulamentos dos Planos de Benefícios.

Os planos de benefícios administrados pela Entidade, conforme Resolução nº 16, de 22 de novembro de 2005, são:

Plano de Benefícios	Sigla	CNPB	Modalidade	Quantidade Patrocinador
Plano de Benefícios A	Plano A	19970013-65	CV	4
Plano de Benefícios D	Plano D	20020001-74	CD	

Em 31 de dezembro de 2015, as patrocinadoras solidárias dos Planos de Benefícios A e D são:

- Novartis Biociências S.A.; ⁽¹⁾
- Novartis Saúde Animal Ltda.; ⁽²⁾
- Previ Novartis - Sociedade de Previdência Privada;
- Sandoz do Brasil Indústria Farmacêutica Ltda.

⁽¹⁾ A Superintendência Nacional de Previdência Complementar – PREVIC aprovou a retirada da patrocinadora Novartis Biociências S.A., CNPJ nº 56.994.502/0001-30, do Plano de Benefícios Prevalcon - CNPB nº 2002.0040-56, administrado pelo Multiprev Fundo Múltiplo de Pensão. Aprovou o "Termo de Rescisão de Convênio de Adesão e Retirada de Patrocínio", firmado entre o Multiprev Fundo Múltiplo de Pensão e a Novartis Biociências S.A, em 30 de julho de 2015.

Foi publicada no Diário Oficial da União – DOU, conforme portaria nº 539 de 13 de outubro de 2015, a transferência de recursos do Plano de Benefícios Prevalcon para a Patrocinadora Novartis Biociências que ocorrerá a partir do primeiro semestre de 2016.

⁽²⁾ Através da notificação datada de 10/11/2015, a patrocinadora Novartis Saúde Animal Ltda. comunicou à Previ Novartis a decisão de transferir a LillyPrev – Sociedade de Previdência Privada, o gerenciamento da parcela dos Planos de Benefícios A e D, relativamente à parcela atribuível a esta patrocinadora. Tal decisão decorre da reorganização societária ocorrida nesta patrocinadora, que teve seu controle acionário transferido para o grupo econômico a que se vincula a LillyPrev.

O quadro de participantes na data base da avaliação atuarial em 31 de agosto apresenta a seguinte posição:

PLANO	Ativos		Assistidos		BPD		Total	
	2015	2014	2015	2014	2015	2014	2015	2014
Plano de Benefícios A	215	361	476	465	213	153	904	979
Plano de Benefícios D	1.791	2.147	26	26	526	442	2.343	2.615
Total	2.006	2.508	502	491	739	595	3.247	3.594

NOTA 2

APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis em vigor no Brasil, aprovadas pelo Conselho Federal de Contabilidade – CFC, em conformidade com as seguintes normas específicas:

Resolução do Conselho Nacional de Previdência Complementar - CNPC nº. 08, de 31 de outubro de 2011; Instrução Normativa MPS/SPC nº. 34, de 24 de setembro de 2009; Resolução CFC nº. 1.272, de 22 de janeiro de 2010 e as alterações posteriores a essas normas.

Essas diretrizes não requerem a divulgação em separado de ativos e passivos de curto prazo e de longo prazo, nem a apresentação da Demonstração do Fluxo de Caixa. A estrutura da planificação contábil padrão das Entidades Fechadas de Previdência Complementar - EFPC reflete o ciclo operacional de longo prazo da sua atividade, de forma que a apresentação de ativos e passivos, observadas as gestões previdencial, e administrativa e o fluxo dos investimentos, proporcione informações mais adequadas, confiáveis e relevantes do que a apresentação em circulante e não circulante, em conformidade com o item 63 da NBC T 19.27.

A sistemática introduzida pelo órgão normativo apresenta, além das características já descritas, a segregação dos registros contábeis em três gestões distintas (Previdencial, Assistencial e Administrativa) e o Fluxo dos Investimentos, que é comum à Gestão Previdencial e Administrativa, segundo a natureza e a finalidade das transações.

As demonstrações contábeis da Entidade são apresentadas na forma de segregação por Plano de Benefícios e os registros contábeis em gestões (Previdencial e Administrativa) e Fluxo dos Investimentos, que é comum à Gestão Previdencial e Administrativa, segundo a natureza e a finalidade das transações, formando um conjunto de informações que caracterizam as atividades destinadas à realização das funções da Entidade:

- **Gestão Previdencial** – Atividade de registro e de controle das contribuições, dos benefícios e dos institutos previstos no art. 14 da Lei Complementar nº 109, de 29 de maio de 2001, bem como do resultado do plano de benefícios de natureza previdenciária;

- **Gestão Administrativa** – Atividade de registro e de controle inerentes à Administração dos planos de benefícios;

- **Investimentos** – Registro e controle referentes à aplicação dos recursos de cada plano de benefícios.

As eliminações necessárias à consolidação das Demonstrações Contábeis foram realizados de acordo com o item 29 do Anexo A da Instrução Normativa MPS/SPC nº. 34, de 24 de setembro de 2009. As contas passíveis de eliminações, entre outras, são “Superávit Técnico”, “Déficit Técnico”, “Participação no Plano de Gestão Administrativa” e “Participação no Fundo Administrativo PGA” (Nota 13).

Em 19 de novembro de 2014 o Conselho Nacional de Previdência Complementar – CNPC, através da Resolução nº 16, alterou a Resolução nº 8, de 31 de outubro de 2011 passando o item IV do Anexo B a vigorar com a redação constante do Anexo a esta Resolução, criando o quadro de informações complementares para a Demonstração do Ativo Líquido por Plano de Benefícios. Esta resolução entrou em vigor na data de sua publicação e produziu os efeitos de forma facultativa e a critério da Entidade, a partir desta data, e de forma obrigatória, a partir de 1º de janeiro de 2015.

Em 17 de dezembro de 2015 a Superintendência Nacional de Previdência Complementar – MPS/SPC, através da Instrução nº 25, alterou a Instrução MPS/SPC nº 34, de 24 de setembro de 2009 atualizando os modelos e instruções de preenchimento das demonstrações contábeis das entidades fechadas de previdência complementar (EFPC). As alterações das Demonstrações Contábeis entraram em vigor na data da publicação da Instrução, produzindo os efeitos de forma facultativa e a critério da Entidade, a partir da data da publicação e, de forma obrigatória a partir de 1º de janeiro de 2016. Foram promovidas as seguintes alterações:

- Balanço Patrimonial a fusão dos registros “Empréstimos” e “Financiamentos”, visando a adequar às recentes informações exigidas pela Receita Federal na Escrituração Contábil Digital (ECD).
- Demonstração do Plano de Gestão Administrativa (DPGA), foi incluída a rubrica “Tributos” bem como foi reposicionada a rubrica “Contingências”;
- Demonstração do Ativo Líquido (DAL) a fusão dos registros “Empréstimos” e “Financiamentos” e a evidenciação do “Equilíbrio Técnico” para a Entidade que registra “ajuste de precificação”.
- Demonstração do Patrimônio Social (DMPS) e na Demonstração da Mutação do Ativo Líquido (DMAL), foram inseridas informações do referido valor em adições, destinações e acréscimos para os “resultados a realizar”. Da mesma forma, foi solicitado o aprimoramento da evidenciação destas informações nas Notas Explicativas”.

NOTA 3

RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As práticas contábeis aplicáveis na elaboração e apresentação das demonstrações contábeis da Entidade são aquelas consubstanciadas em regulamentações do Conselho Nacional de Previdência Complementar – CNPC, que substituiu o Conselho de Gestão de Previdência Complementar (CGPC), e da PREVIC. Conforme constam destas diretrizes, as práticas contábeis adotadas pela Entidade são específicas para o segmento das EFPC e estão resumidas a seguir:

A) ATIVO REALIZÁVEL

- **Gestão Previdencial** – Compreende os valores e direitos relativos às contribuições de patrocinadores e participantes, reconhecidas pelo regime de competência, observando-se o plano de custeio.
- **Gestão Administrativa** – Compreende os valores e direitos relativos ao custeio de despesas administrativas efetuado pela patrocinadora, participantes e outros eventos administrativos.
- **Investimentos** – Os principais critérios de avaliação e de reconhecimento de receitas são:

I. Fundos de Investimento

Estão registrados pelo valor de custo, acrescido dos rendimentos auferidos de forma pro rata até a data de encerramento do Balanço, sendo classificados na seguinte categoria:

- Títulos para Negociação** – Quando adquiridos com o propósito de serem negociados, independentemente do prazo a decorrer da data de aquisição, sendo avaliados pelo valor de mercado e seus efeitos reconhecidos no resultado do exercício;
- Títulos Mantidos até o Vencimento** – Quando a intenção da Administração for manter os referidos títulos em carteira até o vencimento, considerando a capacidade financeira da Entidade, os prazos mínimos de vencimento e a classificação de risco do título. Estes são avaliados pelo custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos.

As Rendas/Variações Positivas e Deduções/Variações Negativas da carteira são apropriadas em contas específicas diretamente vinculadas à modalidade de aplicação.

B) EXIGÍVEL OPERACIONAL

São demonstrados os valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias incorridos. São registradas as obrigações decorrentes de pagamento de benefícios aos participantes, prestação de serviços por terceiros, obrigações tributárias, provisões de folha de pagamento e respectivos encargos.

C) EXIGÍVEL CONTINGENCIAL

São decorrentes de processos judiciais e administrativos, inerentes ao curso normal dos negócios, movidos por terceiros, ex-funcionários, ex-participantes e órgãos públicos em ações cíveis, trabalhistas e fiscais. Essas contingências, são avaliadas por assessores legais e levam em consideração a probabilidade que recursos financeiros sejam exigidos para liquidar as obrigações e que o montante das obrigações possa ser estimado com suficiente segurança. Os valores das contingências são quantificados utilizando-se modelos e critérios que permitam a sua mensuração de forma adequada, apesar da incerteza inerente ao prazo e valor, e são classificados como:

- **Prováveis:** para os quais são constituídas provisões;
- **Possíveis:** somente são divulgados sem que sejam provisionados; e
- **Remotas:** não requerem provisão e divulgação.

D) PATRIMÔNIO SOCIAL

São apurados com base em cálculos atuariais, procedidos por atuários contratados pela Entidade e representam os compromissos acumulados no encerramento do exercício, quanto aos benefícios concedidos e a conceder aos participantes ou seus beneficiários.

E) ESTIMATIVAS ATUARIAIS

As estimativas atuariais foram baseadas em fatores objetivos que refletem a posição em 31 de dezembro de 2015 e de 2014, com base no julgamento da Administração para determinação dos valores adequados a serem registrados nas demonstrações contábeis. Os itens significativos sujeitos às referidas estimativas incluem as provisões matemáticas, calculadas atuarialmente por profissional externo e as contingências cujas probabilidades de êxito foram informadas pelos advogados internos e externos.

F) PLANO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA – PGA

Os registros das operações administrativas são efetuados através do Plano de Gestão Administrativa - PGA, que possui patrimônio próprio segregado dos planos de benefícios previdenciais.

O patrimônio do PGA é constituído pelas receitas (Previdenciais, Investimentos e Diretas) e reembolsos administrativos, deduzidas das despesas comuns e específicas da Administração previdencial, e dos investimentos, sendo as sobras ou insuficiências administrativas alocadas ou revertidas ao Fundo Administrativo. O saldo do Fundo Administrativo é segregado por plano de benefício previdencial, não caracterizando obrigações ou direitos aos patrocinadores, participantes e assistidos dos planos.

As receitas administrativas da Entidade são debitadas aos Planos Previdenciais em conformidade com o plano de custeio vigente.

G) REGISTRO DAS ADIÇÕES, DEDUÇÕES, RECEITAS, DESPESAS, RENDAS/VARIAÇÕES POSITIVAS E DEDUÇÕES/VARIAÇÕES NEGATIVAS

As Adições e Deduções da Gestão Previdencial, Receitas e Despesas da Gestão Administrativa e as Rendas/Variações Positivas e Deduções/Variações Negativas do Fluxo de Investimento são escrituradas pelo regime contábil de competência de exercícios.

As Rendas/Variações Positivas de dividendos, bonificações e juros sobre capital próprio recebidos em dinheiro, decorrentes de investimentos em ações, são reconhecidas após a publicação da decisão da Assembleia Geral dos Acionistas das empresas investidas.

H) IMPOSTO DE RENDA

Em 29 de dezembro de 2004 foi sancionada a Lei nº 11.053, que revogou a Medida Provisória nº 2.222, de 04 de setembro de 2001, e introduziu alterações no sistema de tributação dos planos de benefícios de caráter previdenciário. Conforme previsto no artigo 5º dessa Lei, a partir de 01 de janeiro de 2005, ficaram dispensados a retenção na fonte e o pagamento em separado do imposto de renda sobre os rendimentos e ganhos auferidos nas aplicações de recursos das provisões, reservas técnicas e fundos de planos de benefícios de entidade de previdência complementar.

Em 5 de abril de 2013 foi sancionada a IN nº 1.343, que determina que as Entidades Fechadas de Previdência Complementar estão desobrigadas de reter o IRRF sobre os pagamentos a título de complementação de aposentadoria, resgates e rateio de patrimônio, correspondente às contribuições efetuadas exclusivamente pelo beneficiário, no período de 1º de janeiro de 1989 a 31 de dezembro de 1995.

I) PIS E COFINS

São as contribuições calculadas às alíquotas de 0,65% para o PIS e 4% para a COFINS, sobre as receitas administrativas (receita bruta excluída, entre outros, dos rendimentos auferidos nas aplicações financeiras destinadas a pagamentos de benefícios de aposentadoria, pensão, pecúlio e de resgate).

A partir do 1º semestre de 2012, a Entidade passou a depositar judicialmente e provisionar os referidos tributos, conforme mandado de segurança impetrado contra a Receita Federal (Nota 5 e 8).

Tendo em vista os impactos da Lei nº 12.973/2014 no que diz respeito à tese jurídica de PIS e COFINS, que é objeto do questionamento no Mandato de Segurança impetrado pela Entidade, cessou-se o pagamento de depósito judicial das contribuições e passou a efetuando o recolhimento a partir da competência de Janeiro de 2015.

Tendo em vista os impactos da Lei nº 12.973/2014 no que diz respeito à tese jurídica de PIS e COFINS, que é objeto do questionamento no Mandato de Segurança impetrado pela Entidade, cessou-se o pagamento de depósito judicial das contribuições e passou a efetuando o recolhimento a partir da competência de Janeiro de 2015.

NOTA 4

CUSTEIO ADMINISTRATIVO

Representa o valor líquido das importâncias à Gestão Administrativa para cobertura dos gastos com a Gestão Previdencial e de Investimentos dos respectivos planos de benefícios.

O custeio administrativo tem origem nas seguintes fontes:

- **Gestão Previdencial:** São contabilizadas na Gestão Administrativa – Administração Previdencial, sendo que os custos comuns são rateados em função da quantidade de participantes de cada plano, e custeadas através de contribuições das Patrocinadoras e por transferência de rentabilidade dos investimentos, conforme orçamento aprovado pelo Conselho Deliberativo da Entidade;
- **Investimentos:** Custeadas diretamente pela rentabilidade dos Investimentos e registradas na Gestão Administrativa – Administração dos Investimentos.

NOTA 5

ATIVO REALIZÁVEL

DESCRIÇÃO	2015			2014
	Plano de Benefícios A	Plano de Benefícios D	Total	
Gestão Previdencial	221	1.710	1.931	2.373
Contribuições a Receber	212	1.215	1.427	2.138
Adiantamentos	9	1	10	10
Outros Realizáveis	-	494	494	225
Gestão Administrativa	359	955	1.314	1.005
Contribuições para Custeio	17	116	133	164
Despesas Antecipadas	7	58	65	-
Depósitos Judiciais/Recurais ⁽¹⁾	335	781	1.116	841
TOTAL	580	2.665	3.245	3.378

⁽¹⁾ Refere-se ao processo que discute judicialmente a tributação de PIS/COFINS sobre as receitas de administração e execução de planos de benefícios (Nota 8).

NOTA 6

INVESTIMENTOS

A) COMPOSIÇÃO DOS INVESTIMENTOS

A Administração da Previ Novartis classificou seus títulos e valores mobiliários, substancialmente em “títulos para negociação”, adquiridos com o propósito de serem negociados, independentemente do prazo a decorrer para o vencimento do título na data de aquisição, contabilizados pelo custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos, os quais são ajustados pelo valor de mercado, com os ganhos e as perdas não realizadas. A composição desses investimentos esta demonstrada a seguir:

Fundos de Investimentos Exclusivos	2015	2014
Renda Fixa	309.215	256.241
ALM FUNDO DE INVESTIMENTO RENDA FIXA ⁽¹⁾	309.215	256.241
Multimercado	588.300	568.376
SUPER CONSERVADOR FIC FI CP	381.339	358.735
CONSERVADOR FIC FI MULTIMERCADO CRÉDITO PRIVADO CP	120.012	93.299
MODERADO FIC FI CP	83.520	112.973
AGRESSIVO FIC FI CP	3.429	3.369
TOTAL	897.515	824.617

⁽¹⁾ A Previ Novartis deu sequência no projeto ALM e ocorreu em 2014 a implantação dos perfis de investimentos e oferece ao participante quatro opções de investimentos, sendo elas com características conservadoras até a mais agressiva, alocando os recursos em renda fixa e variável.

O objetivo do projeto ALM é proteger a parcela de risco dos planos, atrelando os compromissos das rendas vitalícias e parcelas de risco com investimentos em NTN-Bs (Títulos do governo atrelados a inflação), através da aplicação no Fundo Exclusivo ALM FI RENDA FIXA, casando o retorno dos títulos com o pagamento dos benefícios. Parte desses títulos estão classificados como “mantidos até o vencimento” e possuem vencimentos que variam de 05/2015 a 08/2050.

B) COMPOSIÇÃO DOS INVESTIMENTOS DOS FUNDOS EXCLUSIVOS (NÍVEL I)

DESCRIÇÃO	Natureza	Vencimento			2015	2014
		Indeterminado	Até 1 ano	Acima de 1 ano		
Mantidos para negociação						
Notas do Tesouro Nacional (NTN-B)	Pública	-	955	58.827	59.782	60.501
Operações Compromissadas - LTNs	Privada	-	-	70.380	70.380	30.935
Cotas de Fundos de Investimento	Privada	588.333	-	-	588.333	568.396
Fundos Exclusivos (Nível II)		552.994	-	-	552.994	534.625
FI REN FIXA CP BASEL		190.788	-	-	190.788	179.178
IT AMAZONITA CP IMAS		190.024	-	-	190.024	178.776
ITAU CALCEDONIA IMAG		86.198	-	-	86.198	88.632
FI RENDA FIXA LAB		85.984	-	-	85.984	88.039
Fundos Abertos		35.339	-	-	35.339	33.771
B FIC INST IBRX ALPH		4.603	-	-	4.603	-
OCEANA VALOR FIA		4.555	-	-	4.555	5.203
OCEANA LONG SHORT MM		3.398	-	-	3.398	2.115
SANT FICFI STAR LS M		2.670	-	-	2.670	2.579
BNP PARIBAS L AND SH		2.539	-	-	2.539	2.597
VINCI GAS DIVID FIA		2.209	-	-	2.209	2.253
GAS LÓTUS HG FIA		2.156	-	-	2.156	2.168
BRZ EQUITY FUNDA FIA		2.067	-	-	2.067	-
FOF MULTI GLOB EQ MM		2.052	-	-	2.052	-
BTG DIVIDENDO FICFIA		1.996	-	-	1.996	2.208
POLLUX AÇÕES INST I		1.991	-	-	1.991	2.036
BBM BAHIA FIC FIM		1.462	-	-	1.462	1.254
BNY MELLON ARX ESPEC		1.416	-	-	1.416	1.309
ITAU SOB RE DI LP FI		1.293	-	-	1.293	1.810
SAFRA GALILEO FIM		932	-	-	932	874
BRDESCO FIA INS IBX		-	-	-	-	5.094
BRZ EQ F INST FIC FA		-	-	-	-	2.271
Mantidos até o vencimento ⁽¹⁾						
Notas do Tesouro Nacional (NTN-B)	Pública	-	1.661	177.411	179.072	164.820
Disponibilidades	Privada	28	-	-	28	35
Valores a Pagar	Privada	(80)	-	-	(80)	(70)
TOTAL		588.281	2.616	306.618	897.515	824.617

⁽¹⁾Esses títulos são contabilizados pelo custo de aquisição acrescido do respectivo de acordo com a taxa do papel.

NOTA 6**INVESTIMENTOS****C) COMPOSIÇÃO DOS INVESTIMENTOS DOS FUNDOS EXCLUSIVOS (NÍVEL II)**

DESCRIÇÃO	Natureza	Vencimento			2015	2014
		Indeterminado	Até 1 ano	Acima de 1 ano		
Certificado de Depósito Bancário	Privada	-	6.519	-	6.519	17.761
IT AMAZONITA CP IMAS		-	189	-	189	6.667
FI REN FIXA CP BASEL		-	6.190	-	6.190	5.425
ITAU CALCEDONIA IMAG		-	-	-	-	5.281
FI RENDA FIXA LAB		-	140	-	140	388
Letras Financeiras	Privada	-	35.170	153.667	188.837	101.968
IT AMAZONITA CP IMAS		-	10.902	63.390	74.292	48.806
FI REN FIXA CP BASEL		-	11.269	46.557	57.826	24.272
ITAU CALCEDONIA IMAG		-	8.108	24.625	32.733	14.352
FI RENDA FIXA LAB		-	4.891	19.095	23.986	14.538
Debêntures	Privada	-	1.517	31.379	32.896	34.552
IT AMAZONITA CP IMAS		-	-	4.808	4.808	-
FI REN FIXA CP BASEL		-	1.069	17.421	18.490	17.945
ITAU CALCEDONIA IMAG		-	-	5.688	5.688	12.284
FI RENDA FIXA LAB		-	448	3.462	3.910	4.323
Letras Financeiras do Tesouro (LFTs)	Pública	-	7.478	194.847	202.325	142.938
IT AMAZONITA CP IMAS		-	-	110.765	110.765	122.352
FI REN FIXA CP BASEL		-	7.478	77.447	84.925	-
ITAU CALCEDONIA IMAG		-	-	1.451	1.451	17.317
FI RENDA FIXA LAB		-	-	5.184	5.184	3.269
Letras do Tesouro Nacional (LTNs)	Pública	-	15.272	16.633	31.905	48.787
FI REN FIXA CP BASEL		-	7.088	6.997	14.085	47.672
ITAU CALCEDONIA IMAG		-	202	4.570	4.772	1.115
FI RENDA FIXA LAB		-	7.982	5.066	13.048	-
Notas do Tesouro Nacional (NTN-F)	Pública	-	-	4.021	4.021	13.475
FI REN FIXA CP BASEL		-	-	4.021	4.021	4.024
ITAU CALCEDONIA IMAG		-	-	-	-	9.451
Nota do Tesouro Nacional (NTN - B)	Pública	-	14.430	60.971	75.401	56.666
IT AMAZONITA CP IMAS		-	-	-	-	976
ITAU CALCEDONIA IMAG		-	7.204	31.629	38.833	24.484
FI RENDA FIXA LAB		-	7.226	29.342	36.568	31.206
Operações Compromissadas - LTNs	Privada	-	-	5.088	5.088	107.114
FI REN FIXA CP BASEL		-	-	2.324	2.324	72.857
FI RENDA FIXA LAB		-	-	2.764	2.764	34.257

NOTA 6**INVESTIMENTOS**

DESCRIÇÃO	Natureza	Vencimento			2015	2014
		Indeterminado	Até 1 ano	Acima de 1 ano		
Operações Compromissadas - Debêntures	Privada	-	416	-	416	-
FI RENDA FIXA LAB		-	416	-	416	-
Cotas de Fundos de Investimento	Privada	5.661	-	-	5.661	7.235
FI REN FIXA CP BASEL		2.920	-	-	2.920	2.947
ITAU CALCEDONIA IMAG		2.741	-	-	2.741	4.288
Nota Comercial	Privada	-	-	-	-	2.061
FI REN FIXA CP BASEL		-	-	-	-	2.061
Nota Promissória	Privada	-	-	-	-	2.006
FI REN FIXA CP BASEL		-	-	-	-	2.006
Opções	Privada	-	-	-	-	65
ITAU CALCEDONIA IMAG		-	-	-	-	65
Disponibilidades		44	-	-	44	24
IT AMAZONITA CP IMAS		5	-	-	5	6
FI REN FIXA CP BASEL		23	-	-	23	11
ITAU CALCEDONIA IMAG		4	-	-	4	4
FI RENDA FIXA LAB		12	-	-	12	3
Valores a Receber (a pagar)		(119)	-	-	(119)	(27)
IT AMAZONITA CP IMAS		(33)	-	-	(33)	(30)
FI REN FIXA CP BASEL		(17)	-	-	(17)	(42)
ITAU CALCEDONIA IMAG		(25)	-	-	(25)	(9)
FI RENDA FIXA LAB		(44)	-	-	(44)	54
TOTAL		5.586	80.802	466.606	552.994	534.625

D) COMPOSIÇÃO DOS INVESTIMENTOS POR PLANO DE BENEFÍCIOS

DESCRIÇÃO	2015				2014
	Plano de Benefícios A	Plano de Benefícios D	PGA	Total	
Fundos de Investimentos	723.536	173.133	846	897.515	824.617
Renda Fixa	288.360	20.855	-	309.215	256.241
Multimercado	435.176	152.278	846	588.300	568.376
Outros Realizáveis	-	-	-	-	388
TOTAL	723.536	173.133	846	897.515	825.005

E) ADMINISTRAÇÃO E CUSTÓDIA DOS INVESTIMENTOS

A Carteira de Investimentos da Entidade é administrada por terceiros.

A custódia dos títulos e valores mobiliários é efetuada pela INTRAG Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários, agentes custodiantes contratados segundo a Política de Investimentos de 2015.

NOTA 7

EXIGÍVEL OPERACIONAL

DESCRIÇÃO	2015			2014
	Plano de Benefícios A	Plano de Benefícios D	PGA	
Gestão Previdencial	1.136	336	1.472	464
Benefícios a Pagar	-	189	189	-
Retenções sobre Folha de Benefícios	566	142	708	464
Outras Exigibilidades ⁽¹⁾	570	5	575	-
Gestão Administrativa	14	111	125	97
Obrigações com Serviços de Terceiros ⁽²⁾	12	96	108	86
Retenções a Recolher	1	8	9	11
Tributos (PIS/COFINS)	1	7	8	-
Investimentos	-	-	-	388
Relacionados com o Disponível	-	-	-	388
TOTAL	1.150	447	1.597	949

⁽¹⁾ Refere-se aos valores descontados de assistência médica e serão liquidadas no mês subsequente.

⁽²⁾ Serviços advocatícios, de informática, de consultoria atuarial, de auditoria e administração previdencial e dos investimentos.

NOTA 8

EXIGÍVEL CONTINGENCIAL

DESCRIÇÃO	2015			2014
	Plano de Benefícios A	Plano de Benefícios D	PGA	
Gestão Previdencial	-	-	-	13
Contingências Trabalhistas	-	-	-	13
Gestão Administrativa	335	781	1.116	851
PIS/COFINS ⁽¹⁾	335	781	1.116	851
TOTAL	335	781	1.116	864

⁽¹⁾ Em 28 de março de 2012 foi proferido despacho, o qual desacolheu a preliminar relativa à ausência de interesse de agir, rejeitou a preliminar de impossibilidade jurídica do pedido e abriu prazo para especificação de provas a produzir. Em 3 de abril de 2012, foi protocolada petição da autora, requerendo produção de prova pericial contábil/fiscal, com indicação de perito apto, bem como a intimação da ré para apresentação de cópia integral do processo administrativo. Em 2015 os autos encontram-se suspensos, em virtude de recurso extraordinário paradigma, sob nº 609.096/RS, que encontra-se pendente de julgamento.

NOTA 9

PROVISÕES MATEMÁTICAS

A) As provisões matemáticas foram calculadas por atuários, cujos pareceres evidenciam o cumprimento às normas atuariais pertinentes, considerando-se as características peculiares do Estatuto e dos Regulamentos dos planos de benefícios e incluem os compromissos correspondentes aos participantes que já adquiriram direitos, os quais podem ou não ter sido requerido, e o direito aos participantes que ainda não os adquiriram.

- I. Provisões de Benefícios Concedidos** – Correspondem ao valor atual dos benefícios do plano com os compromissos futuros da Entidade para os participantes que já estão em gozo de benefícios de prestação continuada (aposentadorias e pensões).
- II. Provisões de Benefícios a Conceder** – Correspondem a diferença entre o valor atual das obrigações futuras da Entidade e o valor atual das contribuições futuras das patrocinadoras e dos participantes, quando aplicável.
- III. Provisões Matemáticas a Constituir** – Correspondem ao valor do contrato de equacionamento de déficit, firmado junto ao patrocinador, atualizado na data do balanço.

B) PREMISSAS E HIPÓTESES ATUARIAIS

Os cálculos das provisões matemáticas de 2015 e 2014 consideraram as seguintes premissas e hipóteses atuariais e econômicas:

HIPÓTESE	2015		2014	
	Plano de Benefícios A	Plano de Benefícios D	Plano de Benefícios A	Plano de Benefícios D
Taxa Real Anual de Juros ⁽¹⁾	4% a.a.	4% a.a.	4% a.a.	4% a.a.
Crescimento Real do Salário ⁽²⁾	0,93% a.a.	2,59% a.a.	1,01% a.a.	2% a.a.
Fator de Determinação do Valor Real ao Longo do Tempo				
- Salários	100%	100%	100%	100%
- Benefícios do Plano	100%	100%	100%	100%
- Benefícios do INSS	100%	100%	100%	100%
Tábua de Mortalidade Geral ⁽³⁾	AT-2000	AT-2000	AT-2000	AT-2000
Tábua de Mortalidade de Inválidos	RRB - 1983	RRB - 1983	RRB - 1983	RRB - 1983
Tábua de Entrada em Invalidez	Light-Fraca	Light-Fraca	RRB -1944 modificada	Light-Fraca
Tábua de Rotatividade	Experiência Novartis Plano A 2006 – 2015	Experiência Novartis Plano D 2006 – 2015	Experiência Novartis 2006-2011 desagravada em 20%	Experiência Novartis 2006-2014

⁽¹⁾ Quando apurada a TIR dos passivos, obteve-se, com intervalo de confiança de 50%, suporte para a adoção da taxa real de juros de 5,57% a.a. (Plano A) e 5,31% a.a. (Plano D). Com um intervalo de confiança de 100% a TIR calculada pelo estudo indica que a alocação atual dos ativos é compatível com a taxa de juros de 4,0% a.a. Assim, pode-se afirmar, com elevado nível de confiabilidade estatística a aderência da taxa real de juros de 4,00% a.a., condição que sinaliza a cobertura da taxa real de juros frente a taxa de retorno real esperada dos recursos garantidores. Sendo assim, a Entidade e as Patrocinadoras dos Planos optaram por manter a taxa real anual de juros de 4% a.a para o Plano A e D adotada na avaliação atuarial de 2015."

⁽²⁾ Em 31/12/2015 a taxa de crescimento real de salário do Plano A foi reduzida de 1,01% a.a. para 0,93% a.a.

⁽³⁾ Constituída com base na AT-2000 Basic suavizada em 10% (taxas de mortalidade reduzidas de 10%).

Foi realizado em outubro/2015 pela Entidade um estudo de aderência das hipóteses atuariais para atender os dispositivos previstos na redação vigente da Resolução CGPC nº 18/2006 e a Instrução nº 23, de 26/06/2015. Nessa ocasião foram analisadas as seguintes hipóteses: mortalidade de válidos, mortalidade de inválidos, entrada em invalidez, rotatividade, entrada em aposentadoria, taxa real anual de juro e crescimento real dos salários.

Os estudos foram apreciados pelo Administrador Responsável pelo Plano de Benefícios (ARPB) e as informações relativas aos investimentos providenciadas e validadas pelo Administrador Estatutário Tecnicamente Qualificado (AEQT), aprovados pela Diretoria Executiva, Conselho Deliberativo e com parecer emitido pelo Conselho Fiscal da Previ Novartis – Sociedade de Previdência Privada.

A Willis Towers Watson, responsável pela avaliação atuarial da Previ Novartis - Sociedade de Previdência Privada, realizou, em novembro de 2015, estudo de aderência da taxa de juros do plano com base na projeção da expectativa de retorno dos investimentos, alocação de ativos e compromissos atuariais.

C) EVOLUÇÃO

DESCRIÇÃO	Saldos em 31/12/2014	Constituição/ (Reversão)	Saldos em 31/12/2015
Benefícios Concedidos	340.391	29.772	370.163
Plano de Benefícios A	334.125	28.024	362.149
Plano de Benefícios D	6.266	1.748	8.014
Benefícios a Conceder	388.351	31.491	419.842
Plano de Benefícios A	261.214	9.618	270.832
Plano de Benefícios D	127.137	21.873	149.010
Provisões Matemáticas a Constituir	(6.013)	483	(5.530)
Plano de Benefícios ⁽¹⁾	(6.013)	483	(5.530)
TOTAL	722.729	61.746	784.475

⁽¹⁾ O prazo remanescente de amortização da Provisão Matemática a Constituir – Serviço Passado é de 2 anos e 7 meses, contados a partir de 31/12/2015.

A evolução do saldo do contrato foi a seguinte:

PLANO	Saldo no Início do Exercício	Recebimento de Contribuições	Atualização/Repactuação	Saldo no Final do Exercício
Plano de Benefícios A	(6.013)	1.337	(854)	(5.530)
TOTAL	(6.013)	1.337	(854)	(5.530)

NOTA 10

EQUILÍBRIO TÉCNICO

A) APURAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO

Representa os resultados acumulados obtidos pela Entidade e registrados na conta de resultados realizados. A composição da conta resultados realizados, em 31 de dezembro, e a respectiva movimentação no exercício foi a seguinte:

DESCRIÇÃO	Saldos em 31/12/2014	Superávit / Déficit do exercício	Saldos em 31/12/2015
Superávit Técnico Acumulado	9.990	(7.966)	2.024
Reserva de Contingência	1.884	140	2.024
Plano de Benefícios D ⁽¹⁾	1.884	140	2.024
Reserva Especial para Revisão do Plano	8.106	(8.106)	-
Plano de Benefícios D	8.106	(8.106)	-
TOTAL	9.990	(7.966)	2.024

⁽¹⁾ O aumento do Superávit no exercício de 2015 ocorreu em função da redução nas provisões matemáticas devidas à movimentação da massa de participantes e ao ajuste nas hipóteses indicadas no Estudo de Aderência.

B) CÁLCULO DO LIMITE DA RESERVA DE CONTINGÊNCIA

A partir do exercício de 2015, a Entidade passou a apurar também o equilíbrio técnico ajustado e demonstrá-lo na Demonstração do Ativo Líquido do Plano de Benefícios - DAL, conforme estabelece a Resolução CNPC nº 16, de 19 de novembro de 2014 e Instrução PREVIC nº 25, de 17 de dezembro de 2015.

O equilíbrio técnico ajustado passou a ser base de cálculo para a apuração do resultado para destinação e utilização de superávit técnico ou para o equacionamento de déficit técnico do plano de benefício.

A Resolução CNPC nº 22, de 25/11/2015, estabeleceu critérios diferenciados para equacionamento de déficits e destinação/utilização de superávit, em função do horizonte de tempo dos fluxos de caixa de cada plano de benefícios (duration do passivo atuarial). Para o déficit, o limite é dado pela fórmula $(duration - 4) \times 1\% \times$ reserva matemática. Para destinação ou utilização de superávit, o limite é dado pela fórmula $(10\% + (duration \times 1\%)) \times$ reserva matemática.

O cálculo do limite da reserva de contingência do plano de Benefícios D foi a seguinte:

DESCRIÇÃO	Plano de Benefícios D
Saldo de Provisões Matemáticas (a)	8.095
Cálculo do Limite da Reserva de Contingência	
Duração do Passivo do Plano acrescido de 10 pontos (b)	28,40
Limite do Superávit Técnico calculado pelo fator (a * b)	2.299
Limite do Superávit Técnico calculado em 25% das PM (a * 25%)	2.024
Limite da Reserva de Contingência (menor valor entre os limites)	2.024

Considerando que o plano apurou Superávit Técnico Acumulado inferior ao limite, portanto, não constituindo Reserva Especial, e conforme Resolução CGPC 26/08 e alterações posteriores, os ajustes de Precificação não se aplicam a este plano.

NOTA 11

FUNDOS

A) Fundo Previdencial – Composto pelas parcelas de contribuição das patrocinadoras que não foram utilizadas para o pagamento de benefícios em função das condições de elegibilidade e tipo de benefício pago ao participante no momento de seu desligamento.

B) Fundo Administrativo – Corresponde ao valor apurado decorrente das sobras entre as contribuições para a cobertura das despesas administrativas e as despesas administrativas mensais efetivamente incorridas.

DESCRIÇÃO	Saldos em 31/12/2014	Constituição/ (Reversão)	Saldos em 31/12/2015
Fundos Previdenciais	93.094	18.033	111.127
Reversão de Saldo por Exigência Regulamentar			
Plano de Benefícios A	83.390	7.353	90.743
Plano de Benefícios D	301	1.517	1.818
Revisão de Plano			
Plano de Benefícios D	5.572	8.003	13.575
Outros Previstos em Nota Técnica Atuarial			
Plano de Benefícios A	3.765	1.152	4.917
Plano de Benefícios D	66	8	74
Fundos Administrativos	1.093	(174)	919
Plano de Benefícios A	169	(59)	110
Plano de Benefícios D	924	(115)	809
TOTAL	94.187	17.859	112.046

NOTA 12

PARTES RELACIONADAS

As partes relacionadas da Previ Novartis - Sociedade de Previdência Privada podem ser assim consideradas: os Participantes, as Patrocinadoras Novartis Biociências S.A.; Novartis Saúde Animal Ltda.; Previ Novartis - Sociedade de Previdência Privada; e Sandoz do Brasil Indústria Farmacêutica Ltda.; cujo relacionamento ocorre por intermédio de Convênio de Adesão para oferecimento dos Planos: Plano de Benefícios A e Plano de Benefícios D, para os seus empregados e Dirigentes; e seus administradores, compostos pelos Membros do Conselho Deliberativo e Diretoria Executiva, assim como pelos membros do Conselho Fiscal da Entidade, cujas atribuições e responsabilidades estão definidas no Estatuto Social da Previ Novartis - Sociedade de Previdência Privada.

NOTA 13

COMPOSIÇÃO DAS ELIMINAÇÕES NA CONSOLIDAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

DESCRIÇÃO	2015	2014
Participação no Plano de Gestão Administrativa	919	1.093
Plano de Benefícios A	110	169
Plano de Benefícios D	809	924
Participação no Fundo Administrativo PGA	919	1.093
Plano de Benefícios A	110	169
Plano de Benefícios D	809	924
Outros Realizáveis	1.087	-
Consolidado	1.087	-
Relacionados com o Disponível	1.087	-
Consolidado	1.087	-

NOTA 14

OUTRAS INFORMAÇÕES

Desde a competência julho de 2012, a Previ Novartis promoveu aos participantes e patrocinadoras a destinação dos recursos decorrentes do superávit apresentado no Plano D relativos aos anos de 2009, 2010 e 2011. O tratamento dado ao superávit ocorreu nos termos da Resolução nº 26, de 29 de setembro de 2008. A referida norma determina a utilização destes recursos em favor dos participantes, dos assistidos e das patrocinadoras para redução ou suspensão de suas contribuições regulares ao plano. Os valores atribuídos aos participantes e patrocinadoras foram calculados pelo atuário externo, considerando-se a paridade contributiva existente no Plano de Benefícios D. Na avaliação atuarial de 2015, um novo superávit foi apurado no Plano D, relativos aos anos de 2014 e 2015, e a Previ Novartis iniciará no primeiro semestre de 2016 o processo de redução da contribuição normal de patrocinadora e a partir do segundo semestre de 2016 iniciará o processo de redução da contribuição básica de participante.

Francisco Javier Martinez
Diretora-presidente
CPF: 237.641.688-46

Reginaldo José Camilo
Contador
CRC: 1SP 114.497/O-9
CPF: 859.338.648-20

Mucio de Campos Maia Neto
Diretor-AETQ
CPF: 064.357.868-44

PREVI NOVARTIS

SOCIEDADE DE PREVIDÊNCIA PRIVADA

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

31 DE DEZEMBRO DE 2015

Aos Administradores, Participantes e Patrocinadores
Previ Novartis Sociedade de Previdência Privada


Examinamos as demonstrações contábeis da Previ Novartis Sociedade de Previdência Privada ("Entidade"), que compreendem o balanço patrimonial consolidado (representado pelo somatório de todos os planos de benefícios administrados pela Entidade, aqui denominados de consolidado, por definição da Resolução CNPC n.º 8 e alterações posteriores) em 31 de dezembro de 2015 e as respectivas demonstrações consolidadas da mutação do patrimônio social e do plano de gestão administrativa, e as demonstrações individuais por plano de benefício que compreendem a demonstração do ativo líquido, da mutação do ativo líquido, do plano de gestão administrativa e das provisões técnicas dos planos para o exercício findo nessa data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

RESPONSABILIDADE DA ADMINISTRAÇÃO SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

A Administração da Entidade é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às Entidades reguladas pelo Conselho Nacional de Previdência Complementar (CNPC), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou por erro.

RESPONSABILIDADE DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelo auditor e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis estão livres de distorção relevante.



Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e das divulgações apresentados nas demonstrações contábeis da Entidade. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou por erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis da Entidade para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Entidade. Uma auditoria inclui também a avaliação da adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela Administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

OPINIÃO

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira consolidada da Previ Novartis Sociedade de Previdência Privada e individual por plano de benefício em 31 de dezembro de 2015 e o desempenho consolidado e por plano de benefício de suas operações para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades reguladas pelo Conselho Nacional de Previdência Complementar - CNPC.

São Paulo, 30 de março de 2016.

PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes
CRC 2SP000160/O-5

Luiz Antonio Fossa
Contador CRC 1SP196161/O-8



ATA DE REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO

CONSELHO FISCAL

EM 30/03/2015

Em 30 (trinta) de março de 2016, às 14h30, na sede social localizada na Av. Prof. Vicente Rao, nº 90, CEP 04706-900, na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, reuniram-se os membros do Conselho Fiscal da Previ Novartis – Sociedade de Previdência Privada. Assumiu a presidência dos trabalhos a Sra. Renata Desiderio, que convidou a mim, Marina Afnan, para secretariar a presente reunião, passando-se à deliberação sobre a Ordem do Dia:

PRESENTES:

Anderson Pennachio Garbin
Luciano de Barros Corradini
Mauricio Tomiello Traficante
Paulo Muradian
Livia Caroline Toth
Marina Ibrahim Afnan
Renata Rodrigues Desiderio

ORDEM DO DIA:

Deliberar sobre as Demonstrações Contábeis e Financeiras relativas aos exercícios findos de 2015 e 2014 e aprovação dos Pareceres Atuariais de 2015.

ESCLARECIMENTOS:

Abertos os trabalhos e constituída a mesa diretora, a Sra. Presidente nomeou a mim, Marina Afnan, como secretária, e informou aos presentes que a reunião objetivava submeter à deliberação dos Srs. Conselheiros as Demonstrações Contábeis e Financeiras relativas aos exercícios findos de 2015 e 2014. Passando a ordem do dia, os Conselheiros examinaram as Demonstrações Contábeis e Financeiras relativas aos exercícios findos de 2015 e 2014 da Previ Novartis – Plano A e D. Após amplo debate, o Conselho Fiscal confirmou que os registros contábeis, incluindo as contas bancárias e as aplicações financeiras encontram-se em perfeita ordem.

DELIBERAÇÕES:

O Conselho Fiscal aprovou os registros contábeis, incluindo as contas bancárias e as aplicações financeiras e os pareceres atuarias.

ENCERRAMENTO:

Nada mais havendo a tratar, suspendeu-se a reunião para lavratura da ata que depois de lida e aprovada vai pelos presentes assinada.

ATA DE REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA

CONSELHO DELIBERATIVO

REALIZADA EM 30/03/2016

Em 30 (trinta) de março de 2016, às 14h30, na sede social localizada na Av. Prof. Vicente Rao, nº 90, CEP 04706-900, na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, reuniram-se os membros do Conselho Deliberativo da Previ Novartis – Sociedade de Previdência Privada. Assumiu a presidência dos trabalhos a Sra. Renata Desiderio, que convidou a mim, Marina Afnan, para secretariar a presente reunião, passando-se à deliberação sobre a Ordem do Dia:

ORDEM DO DIA:

1) Deliberar sobre as Demonstrações Contábeis e Financeiras relativas aos exercícios findos de 2015 e 2014 e Pareceres Atuariais.

PRESENTES:

Corinna Iara Hoffmann
Daniel Antonio Perin
Eduardo Ambrosini
Paulo Sergio de Souza Rodrigues
Livia Caroline Toth
Marina Ibrahim Afnan
Renata Rodrigues Desiderio

ESCLARECIMENTOS:

Abertos os trabalhos e constituída a Mesa Diretora, a Sra. Presidente nomeou a mim, Marina Afnan, como secretária e informou aos presentes que a reunião havia sido convocada extraordinariamente para discutir e aprovar as Demonstrações Contábeis e Financeiras relativas aos exercícios findos de 2015 e 2014. (1) Passando a ordem do dia, foi colocado à disposição dos Srs. Conselheiros, para apreciação, as Demonstrações Contábeis e Financeiras relativas aos exercícios findos de 2015 e 2014, os Pareceres Atuariais, do Conselho Fiscal e dos Auditores Independentes. Após o exame dos documentos e a discussão do assunto foi aprovado por unanimidade dos presentes: (a) as Demonstrações Contábeis e Financeiras relativas aos exercícios findos de 2015 e 2014, as Notas Explicativas, os Pareceres do

Conselho Fiscal, os Pareceres Atuariais dos Planos A e D e dos Auditores Independentes; (b) que a Diretoria-Executiva encaminhe os documentos ora aprovados à Superintendência Nacional de Previdência Complementar - PREVIC, dentro do prazo legal estabelecido por aquele órgão; (c) que a Diretoria-Executiva adote as providências necessárias para a divulgação das informações aos participantes conforme proposta da própria Diretoria.

DELIBERAÇÕES:

O Conselho Deliberativo aprovou (a) as Demonstrações Contábeis e Financeiras relativas aos exercícios findos de 2015 e 2014, as Notas Explicativas, os Pareceres do Conselho Fiscal, Pareceres Atuariais dos Planos A e D e dos Auditores Independentes; (b) que a Diretoria-Executiva encaminhe os documentos ora aprovados à Superintendência Nacional de Previdência Complementar - PREVIC, dentro do prazo legal estabelecido por aquele órgão; (c) que a Diretoria-Executiva adote as providências necessárias para a divulgação das informações aos participantes conforme proposta da própria Diretoria.

ENCERRAMENTO:

Nada mais havendo a tratar, suspendeu-se a reunião para lavratura da ata que depois de lida e aprovada vai pelos presentes assinada.



PARECER
ATUARIAL
PLANO A



Para fins da avaliação atuarial referente ao exercício de 2015 do Plano A da Previ Novartis - Sociedade de Previdência Privada foi utilizado o cadastro de dados individuais fornecido pela entidade posicionado em 31/08/2015.

As empresas patrocinadoras do Plano A são: Novartis Biociências S/A., Novartis Saúde Animal Ltda., Previ Novartis - Sociedade de Previdência Privada e Sandoz do Brasil Industria Farmacêutica Ltda.

Os resultados da avaliação atuarial estão posicionados em 31/12/2015.

Após a análise detalhada desses dados e correções feitas pela entidade e por suas patrocinadoras, verificou-se que os mesmos estavam suficientemente completos, não havendo necessidade de qualquer ajuste para realização da avaliação atuarial.

A responsabilidade sobre a veracidade e completude das informações prestadas é inteiramente das patrocinadoras, do administrador do plano e de seus respectivos representantes legais, não cabendo ao atuário qualquer responsabilidade sobre as informações prestadas.

As patrocinadoras são solidárias entre si no que concerne às obrigações referentes à cobertura de benefícios oferecidos pela Previ Novartis - Sociedade de Previdência Privada aos participantes e respectivos beneficiários do Plano A.

O Plano A da Previ Novartis - Sociedade de Previdência Privada encontra-se em extinção desde 26/2/2002.

A avaliação atuarial à qual se refere este parecer reflete o regulamento vigente aprovado pela Portaria nº 266, de 28/05/2014, publicada no D.O.U. de 29/05/2014.

I – ESTATÍSTICAS

Benefícios a Conceder	31/08/2015
Participantes ativos (considerando os autopatrocinados)	
Número	215
Idade média (em anos)	49,5
Tempo de serviço médio (em anos)	21,3
Participantes em aguardo de benefício proporcional ⁽¹⁾	
Número	213

⁽¹⁾ Inclui os participantes considerados como benefício proporcional diferido presumido

Benefícios Concedidos	31/08/2015
Número de aposentados válidos	
Idade média (em anos)	69,1
Valor médio do benefício (em reais)	5.830
Número de aposentados inválidos ⁽²⁾	
Idade média (em anos)	61,7
Valor médio do benefício (em reais)	2.209
Número de benefícios proporcionais diferidos recebendo	
Idade média (em anos)	59,0
Valor médio do benefício	4.326

⁽²⁾ Inclui 2 auxílios-doença há mais de 2 anos

Benefícios Concedidos	31/08/2015
Número de pensionistas (grupos familiares)	97
Idade média (em anos)	67,0
Valor médio do benefício (em reais)	2.295

II – HIPÓTESES E MÉTODOS ATUARIAIS

O conjunto de hipóteses e métodos atuariais adotados nos cálculos atuariais resultou de um processo de interação entre a Willis Towers Watson e a Previ Novartis – Sociedade de Previdência Privada e contam com o aval das patrocinadoras do Plano A, conforme determina a Resolução CGPC nº 18/2006 e a Instrução nº 23, de 26/06/2015, considerando a aplicação facultativa desta Instrução para a avaliação atuarial do encerramento do exercício de 2015.

Para a apuração das provisões matemáticas e custos foram utilizadas as seguintes hipóteses e métodos atuariais:

Hipóteses Econômicas e Financeiras	2015	2014
Taxa real anual de juros	4,0% a.a.	4,0% a.a.
Projeção do crescimento real de salário	0,93% a.a.	1,01% a.a.
Fator de determinação do valor real ao longo do tempo		
Salários	100%	100%
Benefícios do plano	100%	100%
Benefícios do INSS	100%	100%

Hipóteses Biométricas e Demográficas	2015	2014
Tábua de Mortalidade Geral	AT – 2000 ⁽¹⁾	AT – 2000 ⁽¹⁾
Tábua de Mortalidade de Inválidos	RRB – 1983	RRB – 1983
Tábua de Entrada de Invalidez	Light Fraca	RRB – 1944 modificada
Tábua de Rotatividade	Experiência Novartis Plano A 2006 – 2015	Experiência Novartis Plano A 2006 – 2014

⁽¹⁾ Segregada por sexo, constituída com base na AT-2000 Basic suavizada em 10% (taxas de mortalidade reduzidas de 1)

Outras hipóteses	2015	2014
Probabilidade de aposentadoria	Aos 55 anos = 29%	Aos 55 anos = 35%
	Aos 56 anos = 21%	Aos 56 anos = 21%
	Aos 57 anos = 21%	Aos 57 anos = 21%
	Aos 58 anos = 21%	Aos 58 anos = 21%
	Aos 59 anos = 21%	Aos 59 anos = 21%
	Aos 60 anos = 100%	Aos 60 anos = 100%
Composição familiar		
Benefícios concedidos ⁽¹⁾		
Aposentados	Cônjuge informado	Cônjuge informado
Pensionistas	Composição informada	Composição informada
Benefícios a conceder		
Cônjuge	Mulher 4 anos mais nova que o homem	Mulher 4 anos mais nova que o homem
Probabilidade de casados na aposentadoria	95%	95%
Filhos	2 filhos cujo tempo que falta para atingirem a maioridade é igual a $(55 - \text{idade do participante}) / 2$	2 filhos cujo tempo que falta para atingirem a maioridade é igual a $(55 - \text{idade do participante}) / 2$

⁽¹⁾ Renda vitalícia

Foi realizado em outubro/2015 um estudo de aderência das hipóteses atuariais para atender os dispositivos previstos na redação vigente da Resolução CGPC nº 18/2006 e a Instrução nº 23, de 26/06/2015. Nessa ocasião foram analisadas as seguintes hipóteses: mortalidade de válidos, mortalidade de inválidos, entrada em invalidez, rotatividade, entrada em aposentadoria, taxa real anual de juro e crescimento real dos salários.

Os dados cadastrais dos estudos foram providenciados e validados pelo Administrador Responsável pelo Plano de Benefícios (ARPB) e as informações relativas aos investimentos providenciadas e validadas pelo Administrador Estatutário Tecnicamente Qualificado (AETQ).

Os estudos foram aprovados pela Diretoria Executiva, Conselho Deliberativo e com parecer emitido pelo Conselho Fiscal da Previ Novartis – Sociedade de Previdência Privada.

A seguir descrevemos algumas razões para a seleção das principais hipóteses.

TAXA REAL ANUAL DE JURO

A taxa real anual de juro, utilizada para trazer a valor presente os pagamentos dos benefícios definidos, conforme determina a redação vigente da Resolução CGPC nº 18/2006 e a Instrução nº 23, de 26/6/2015, deve ser justificada pela entidade fechada de previdência complementar com base em estudos técnicos que comprovem a aderência das hipóteses de rentabilidade dos investimentos ao plano de custeio e ao fluxo futuro de receitas de contribuições e de pagamento de benefícios.

A Willis Towers Watson, responsável pela avaliação atuarial do Plano A da Previ Novartis - Sociedade de Previdência Privada, realizou, em novembro de 2015, estudo de aderência da taxa de juro do plano com base na projeção da expectativa de retorno dos investimentos, alocação de ativos e compromissos atuariais.

Quando apurada a TIR dos passivos, obteve-se, com intervalo de confiança de 50% (intervalo de confiança mínimo exigido pela Instrução nº 23/2015), suporte para a adoção da taxa real de juros de 5,57% a.a. para o plano de benefícios. Essa taxa está dentro do intervalo indicado pela Portaria Previc nº 197/2015 para esse plano (limite inferior: 3,69% a.a. e limite superior: 5,67% a.a.). Com um intervalo de confiança de 100% a TIR calculada pelo estudo indica que a alocação atual dos ativos é compatível com a taxa de juros de 4,0% a.a. Assim, pode-se afirmar, com elevado nível de confiabilidade estatística a aderência da taxa real de juros de 4,00% a.a., condição que sinaliza a cobertura da taxa real de juros frente a taxa de retorno real esperada dos recursos garantidores.

A Previ Novartis – Sociedade de Previdência Privada e as patrocinadoras optaram pela manutenção da taxa de juro utilizada em 2014 de 4,0% a.a. (quatro por cento).

PROJEÇÃO DO CRESCIMENTO REAL DE SALÁRIO

A taxa de crescimento salarial deve ser baseada na política de recursos humanos de longo prazo dos patrocinadores do plano de benefícios de modo a refletir o aumento real médio de salário que as empresas estimam que um empregado tenha ao longo de toda a sua carreira.

Com base nos resultados do estudo de aderência da hipótese de projeção de crescimento real de salário, a recomendação da Willis Towers Watson foi pela alteração da projeção do crescimento salarial de 1,01% a.a. para 0,93% a.a..

As patrocinadoras consideram que a taxa de projeção do crescimento real dos salários de 0,93% a.a. reflete a expectativa da empresa com relação à evolução futura média dos salários ao longo da carreira do empregado na empresa, de acordo com a política de Recursos Humanos das empresas patrocinadoras em questão.

FATOR DE DETERMINAÇÃO DO VALOR REAL AO LONGO DO TEMPO

Fator aplicado sobre os salários e benefícios, a fim de determinar um valor médio e constante, em termos reais, durante o período de um ano. Este fator é calculado em função do nível de inflação estimado e do número de reajustes, dos salários e benefícios, que ocorrerá durante o período de 12 meses.

A adoção de um fator de 100% reflete a opção por se utilizar valores nominais no processo de avaliação atuarial, independente da inflação.

HIPÓTESES BIOMÉTRICAS E DEMOGRÁFICAS

As tábuas biométricas e demográficas são instrumentos que permitem medir as probabilidades de ocorrências de eventos como morte, invalidez e desligamento de uma população em função da idade e do sexo.

Essas tábuas são selecionadas dentre um conjunto de tábuas geralmente aceitas no Brasil para a avaliação dos compromissos com benefícios de longo prazo.

A escolha da tábua de mortalidade que melhor se ajuste ao perfil dos participantes dos planos de benefícios tem sido um assunto amplamente discutido nos últimos anos pelas empresas. Atualmente não existem tábuas brasileiras que representem a mortalidade de participantes dos fundos de pensão no Brasil.

Os resultados dos estudos de aderência de hipóteses realizados pela Willis Towers Watson indicaram pela manutenção em 2015 das tábuas de mortalidade de válidos e inválidos, adotadas em 2014 e a necessidade de alteração das tábuas de entrada em invalidez, rotatividade e das probabilidades de entrada em aposentadoria.

REGIME FINANCEIRO E MÉTODOS ATUARIAIS

- Regime Financeiro: Capitalização
- Métodos:
 - Capitalização Financeira - Aposentadoria Normal, Antecipada, parcela de contribuição definida da Incapacidade, Benefício Proporcional Diferido, parcela de contribuição definida da Pensão por Morte e Resgate de Contribuições;
 - Crédito Unitário Projetado - Benefício Mínimo, parcela de benefício definido da Incapacidade e da Pensão por Morte.

COMENTÁRIOS SOBRE MÉTODOS ATUARIAIS

O método atuarial adotado gera custos ligeiramente crescentes, porém esse efeito pode ser minimizado, ou mesmo anulado, caso haja rotatividade ou rentabilidade superiores às admitidas nas hipóteses atuariais.

Os métodos de financiamento são adequados à natureza do plano e atende ao limite mínimo estabelecido no item 6 do Regulamento anexo a Resolução CGPC nº 18, de 28/3/2006.

III – PATRIMÔNIO SOCIAL

Com base no Balancete da Previ Novartis - Sociedade de Previdência Privada de 31 de dezembro de 2015, o Patrimônio Social do Plano A é de R\$ 723.051.559,11.

A Willis Towers Watson não efetuou qualquer análise sobre a qualidade dos ativos que compõem o Patrimônio Social do Plano de Benefícios ora avaliado tendo se baseado na informação fornecida pela Previ Novartis - Sociedade de Previdência Privada.

De acordo com informações prestadas pela Previ Novartis – Sociedade de Previdência Privada para a manutenção de títulos mantidos até o vencimento (marcados na curva), o Plano possui estudos que evidenciam a capacidade de atendimento das necessidades de liquidez em função dos direitos dos participantes, das obrigações do plano e do perfil do exigível atuarial do plano de benefícios conforme determina Resolução nº 4/2002.

IV – PATRIMÔNIO DE COBERTURA, PROVISÕES E FUNDOS DO PLANO

Com base nos dados cadastrais, utilizando as hipóteses e os métodos anteriormente mencionados, certificamos que a composição do Patrimônio de Cobertura do Plano, das Provisões e Fundos do Plano em 31 de dezembro de 2015 é a seguinte:

	Valores em R\$
Patrimônio de Cobertura do Plano	627.451.599
Provisões Matemáticas	627.451.599
<i>Benefícios Concedidos</i>	362.149.258
Contribuição Definida	78.194.377
Saldo de Conta de Assistidos	78.194.377
Benefício Definido Estruturado em Regime de Capitalização	283.954.881
Valor Atual dos Benefícios Futuros Programados	231.804.682
Valor Atual dos Benefícios Futuros Não Programados	52.150.199
<i>Benefícios a Conceder</i>	270.832.509
Contribuição Definida	267.287.314
Saldo de Contas – Parcela Patrocinador(es)	146.143.069
Saldo de Contas – Parcela Participantes	121.144.244
Benefício Definido Estruturado em Regime de Capitalização Programado	0
Valor Atual dos Benefícios Futuros Programados	0
Valor Atual das Contribuições Futuras dos Patrocinador(es)	0
Valor Atual das Contribuições Futuras dos Participantes	0
Benefício Definido Estruturado em Regime de Capitalização Não Programado	3.545.195
Valor Atual dos Benefícios Futuros Não Programados	4.369.554
Valor Atual das Contribuições Futuras dos Patrocinador(es)	(824.359)
Valor Atual das Contribuições Futuras dos Participantes	0
<i>Provisão Matemática a Constituir</i>	<i>(5.530.168)</i>

	Valores em R\$
Serviço Passado	(5.530.168)
Patrocinador(es)	(5.530.168)
Participantes	0
Equilíbrio Técnico	0
<i>Resultados Realizados</i>	<i>0</i>
Superávit Técnico Acumulado	0
Reserva de Contingência	0
Reserva Especial para Revisão de Plano	0
Déficit Técnico Acumulado	0
Resultados a Realizar	0
Fundos	95.599.959
Fundo Previdencial	95.489.642
Reversão do Saldo por Exigência Regulamentar	90.743.246
Outros – Previstos em Nota Técnica Atuarial (Fundo Diferença de Inativos)	4.746.396
Fundo Administrativo	110.316

O Fundo de Reversão do Saldo por Exigência Regulamentar é constituído pelas parcelas dos Saldos de Conta de Patrocinadora não consideradas no cálculo dos benefícios ou dos institutos e será utilizado para abatimento das contribuições de patrocinadora ou para cobertura de eventuais insuficiências, conforme previsto no plano de custeio anual, aprovado pelo Conselho Deliberativo e fundamentado em Parecer do Atuário.

O Fundo Diferença de Inativos foi criado com o objetivo de provisionar o ganho financeiro decorrente da diferença mensal entre a rentabilidade auferida pela parcela do patrimônio que lastreia a provisão matemática de benefícios concedidos e a variação do índice de reajuste desses benefícios, neste caso, IGP-DI. O ganho financeiro obtido vem sendo acumulado no Fundo de Diferença de Inativos de forma a proteger o plano e a própria entidade de quaisquer oscilações desfavoráveis que possam ocorrer no futuro nas provisões matemáticas de benefícios concedidos. Esse fundo foi utilizado em 2015 para redução do déficit.

AJUSTE DE PRECIFICAÇÃO

Para a avaliação atuarial de encerramento do exercício de 2015, passa a ser obrigatório o cálculo e aplicação do Ajuste de Precificação, conforme disposto no artigo nº 28 da Resolução CGPC nº 26/2008, na situação de distribuição de superávit.

O valor de Ajuste de Precificação é calculado para títulos públicos federais atrelados a índice de preços classificados na categoria títulos mantidos até o vencimento, correspondente à diferença entre o valor de tais títulos calculado considerando a taxa de juros real anual utilizada na Avaliação Atuarial e o valor contábil desses títulos.

De acordo com a Resolução CGPC nº 26/2008, alterada pela Resolução CNPC nº 16/2014 como não haverá destinação de superávit nem equacionamento de déficit, o ajuste de precificação para o Plano A da Previ Novartis não é aplicável.

V – VARIAÇÃO DO PASSIVO ATUARIAL

O quadro a seguir apresenta um resumo do passivo atuarial encerrado em 31/12/2015 comparado com o passivo atuarial encerrado em 31/12/2014 atualizado, pelo método de recorrência, para 31/12/2015.

	Valores em R\$		Variação em %
	Exercício Encerrado	Exercício Anterior Atualizado	
Passivo Atuarial	632.981.768	630.293.685	0,43%
<i>Benefícios Concedidos</i>	362.149.258	355.981.893	1,73%
Contribuição Definida	78.194.377	78.194.377	0,00%
Benefício Definido	283.954.881	277.787.515	2,22%
<i>Benefícios a Conceder</i>	270.832.509	274.311.791	-1,27%
Contribuição Definida	267.287.314	267.287.314	0,00%
Benefício Definido	3.545.195	7.024.477	-49,53%

Convém ressaltar que 45,42% (R\$287.500.076,36) do Passivo Atuarial de R\$ 632.981.768,28 é determinado atuarialmente com base nas hipóteses e métodos anteriormente indicados, pois corresponde à parcela de benefício definido das Provisões Matemáticas de Benefícios Concedidos e à parcela das Provisões Matemáticas de Benefícios a Conceder relativa aos benefícios de risco e/ou benefício mínimo. Os 54,58% restantes (R\$345.481.691,92) são provenientes dos saldos de conta formados pelas contribuições dos participantes e das patrocinadoras acrescidas do retorno dos investimentos, cujas informações são de inteira responsabilidade da Previ Novartis - Sociedade de Previdência Privada.

O aumento da Provisão Matemática de Benefícios Concedidos relativa ao benefício definido deve-se às novas concessões.

A variação da Provisão Matemática de Benefícios a Conceder relativa ao benefício definido deve-se à redução da massa de participantes e às alterações nas hipóteses de rotatividade e crescimento salarial baseadas no Estudo de Aderência.

Desta forma, concluímos que os compromissos atuariais variaram dentro do esperado, considerando a evolução da massa de participantes e as hipóteses selecionadas.

VI – PLANO DE CUSTEIO

PATROCINADORAS

De acordo com a Lei Complementar nº 109/2001, as patrocinadoras deverão efetuar, a partir de abril/2016 a março/2017, as contribuições mensais equivalentes a 6,52% da folha de salários de participantes, sendo 0,42% correspondente ao benefício mínimo de aposentadoria, aos benefícios de incapacidade e pensão por morte e 6,10% para cobertura das Provisões Matemáticas a Constituir - Serviço Passado. Além dessas contribuições, as patrocinadoras deverão contribuir com 1,75% da folha de salários de participantes para custear a despesa administrativa.

Adicionalmente, as patrocinadoras deverão efetuar as contribuições definidas no regulamento estimadas, em 10,50% da folha de salários de participantes (contribuição normal).

O Fundo de Reversão será utilizado durante o ano de 2016 para custear 100% da contribuição Normal de patrocinadora e da contribuição correspondente ao benefício mínimo de aposentadoria e aos benefícios de incapacidade, pensão por morte e para cobertura do Serviço Passado. Esse fundo não será utilizado para custeio das despesas administrativas.

O prazo remanescente de amortização da Provisão Matemática a Constituir – Serviço Passado é de 2 anos e 7 meses, contados a partir de 31/12/2015.

PARTICIPANTES

As contribuições mensais dos participantes deverão ser praticadas conforme previsto no regulamento do plano, que foram estimadas em 7,00% da folha de salários de participantes (contribuição básica).

AUTOPATROCINADOS

Os participantes que optaram pelo instituto do autopatrocínio deverão efetuar além das contribuições de participantes, as contribuições de patrocinadora definidas acima, inclusive as destinadas ao custeio das despesas administrativas. As contribuições serão definidas mediante aplicação dos percentuais sobre o respectivo salário de contribuição.

RESUMO COMPARATIVO DO PLANO DE CUSTEIO

Tendo em vista a natureza do plano e a vinculação, nesse tipo de plano, da contribuição patronal com os fatos efetivamente ocorridos tais como salários realmente pagos, contribuição realizada pelo participante e índice de adesão ao plano, as taxas de contribuição definidas apresentadas neste Parecer são estimativas, podendo, portanto, deixar de coincidir com as taxas efetivamente praticadas.

Assim, apresentamos a seguir apenas as taxas de contribuição definidas atuarialmente.

Taxas de contribuição em % da folha de participação	Novo plano de custeio (a vigorar a partir de 1/4/2016)	Plano de custeio anterior
<i>Patrocinadores</i>		
Invalidez e Morte	0,42%	0,60%
Serviço Passado	6,10%	3,72%
Contribuição Total dos Patrocinadores	6,52%	4,32%

VII – CONCLUSÃO

Face ao exposto, na qualidade de atuário responsável pela avaliação atuarial anual regular do Plano A da Previ Novartis - Sociedade de Previdência Privada da Previ Novartis - Sociedade de Previdência Privada, informamos que o plano encontra-se financeiramente equilibrado em conformidade com os princípios atuariais geralmente aceitos.

Este parecer atuarial foi elaborado para a Previ Novartis – Sociedade de Previdência Privada com o propósito de apresentar os resultados da avaliação atuarial em 31/12/2015. Este documento não se destina ou deve ser utilizado para outros fins. Qualquer outro destinatário será considerado como tendo concordado que a Willis Towers Watson tem responsabilidade apenas com a Previ Novartis – Sociedade de Previdência Privada em relação a todas as questões relativas a este documento, e se basear neste documento não resultará na criação de qualquer direito ou responsabilidade pela Willis Towers Watson para tal destinatário.

Willis Towers Watson Consultoria Ltda.

Rio de Janeiro, 01 de março de 2016.

Gesiane de Mattos Cavalcante Moreira

MIBA nº 889

Adriana Gomes Rodrigues

MIBA nº 992



PARECER
ATUARIAL
PLANO D



Para fins da avaliação atuarial referente ao exercício de 2015 do Plano D da Previ Novartis - Sociedade de Previdência Privada foi utilizado o cadastro de dados individuais fornecido pela entidade posicionado em 31/08/2015.

As empresas patrocinadoras do Plano D são: Novartis Biociências S/A., Novartis Saúde Animal Ltda., Previ Novartis - Sociedade de Previdência Privada e Sandoz do Brasil Industria Farmaceutica Ltda.

Os resultados da avaliação atuarial estão posicionados em 31/12/2015.

Após a análise detalhada desses dados e correções feitas pela entidade e por suas patrocinadoras, verificou-se que os mesmos estavam suficientemente completos, não havendo necessidade de qualquer ajuste para realização da avaliação atuarial.

A responsabilidade sobre a veracidade e completude das informações prestadas é inteiramente das patrocinadoras, do administrador do plano e de seus respectivos representantes legais, não cabendo ao atuário qualquer responsabilidade sobre as informações prestadas.

As patrocinadoras são solidárias entre si no que concerne às obrigações referentes à cobertura de benefícios oferecidos pela entidade aos participantes e respectivos beneficiários do Plano D.

A avaliação atuarial à qual se refere este parecer reflete o regulamento vigente aprovado pela Portaria nº 265, de 28/05/2014, publicada no D.O.U. de 29/05/2014.

I – ESTATÍSTICAS

Benefícios a Conceder		31/08/2015
Participantes ativos (considerando os autopatrocinados)		
Número		1.791
Idade média (em anos)		37,1
Tempo de serviço médio (em anos)		5,2
Participantes em aguardo de benefício proporcional ⁽¹⁾		
Número		526

⁽¹⁾ Inclui os participantes considerados como benefício proporcional diferido presumido

Benefícios Concedidos		31/08/2015
Número de aposentados válidos		7
Idade média (em anos)		57,0
Valor médio do benefício (em reais)		3.494
Número de aposentados inválidos ⁽²⁾		11
Idade média (em anos)		39,8
Valor médio do benefício (em reais)		387
Número de benefícios proporcionais diferidos recebendo		6
Idade média (em anos)		54,6
Valor médio do benefício		4.778

⁽²⁾ Inclui 11 auxílios-doença há mais de 2 anos

Benefícios Concedidos	31/08/2015
Número de pensionistas (grupos familiares)	2
Idade média (em anos)	30,1
Valor médio do benefício (em reais)	1.816

II – HIPÓTESES E MÉTODOS ATUARIAIS

O conjunto de hipóteses e métodos atuariais adotados nos cálculos atuariais resultou de um processo de interação entre a Willis Towers Watson e a Previ Novartis – Sociedade de Previdência Privada e contam com o aval das patrocinadoras do Plano D, conforme determina a Resolução CGPC nº 18/2006 e a Instrução nº 23, de 26/06/2015, considerando a aplicação facultativa desta Instrução para a avaliação atuarial do encerramento do exercício de 2015.

Para a apuração das provisões matemáticas e custos foram utilizadas as seguintes hipóteses e métodos atuariais:

Hipóteses Econômicas e Financeiras	2015	2014
Taxa real anual de juros	4,0% a.a.	4,0% a.a.
Projeção do crescimento real de salário	2,59% a.a.	2,00% a.a.
Fator de determinação do valor real ao longo do tempo		
Salários	100%	100%
Benefícios do plano	100%	100%
Benefícios do INSS	100%	100%

Hipóteses Biométricas e Demográficas	2015	2014
Tábua de Mortalidade Geral	AT – 2000 ⁽¹⁾	AT – 2000 ⁽¹⁾
Tábua de Mortalidade de Inválidos	RRB – 1983	RRB – 1983
Tábua de Entrada de Invalidez	Light-Fraca	Light-Fraca
	Experiência	Experiência
Tábua de Rotatividade	Novartis Plano D 2006 – 2015	Novartis Plano D 2006 – 2014

⁽¹⁾ Segregada por sexo, constituída com base na AT-2000 Basic suavizada em 10% (taxas de mortalidade reduzidas de 10%).

Outras hipóteses	2015	2014
	Aos 55 anos = 29%	Aos 55 anos = 50%
	Aos 56 anos = 21%	Aos 56 anos = 28%
	Aos 57 anos = 21%	Aos 57 anos = 28%
	Aos 58 anos = 21%	Aos 58 anos = 28%
	Aos 59 anos = 21%	Aos 59 anos = 22%
	Aos 60 anos = 100%	Aos 60 anos = 100%
Composição familiar		
Benefícios concedidos ⁽¹⁾		
Aposentados	Cônjuge informado	Cônjuge informado
Pensionistas	Composição informada	Composição informada
Benefícios a conceder		

Outras hipóteses	2015	2014
Cônjuge	Mulher 4 anos mais nova que o homem	Mulher 4 anos mais nova que o homem
Probabilidade de casados na aposentadoria	95%	95%
Filhos	2 filhos cujo tempo que falta para atingirem a maioria é igual a $(55 - \text{idade do participante}) / 2$	2 filhos cujo tempo que falta para atingirem a maioria é igual a $(55 - \text{idade do participante}) / 2$

¹ Renda vitalícia

Foi realizado em outubro/2015 um estudo de aderência das hipóteses atuariais para atender os dispositivos previstos na redação vigente da Resolução CGPC nº 18/2006 e a Instrução nº 23, de 26/06/2015. Nessa ocasião foram analisadas as seguintes hipóteses: mortalidade de válidos, mortalidade de inválidos, entrada em invalidez, rotatividade, entrada em aposentadoria, taxa real anual de juro e crescimento real dos salários.

Os dados cadastrais dos estudos foram providenciados e validados pelo Administrador Responsável pelo Plano de Benefícios (ARPB) e as informações relativas aos investimentos providenciadas e validadas pelo Administrador Estatutário Tecnicamente Qualificado (AETQ).

Os estudos foram aprovados pela Diretoria Executiva, Conselho Deliberativo e com parecer emitido pelo Conselho Fiscal da Previ Novartis – Sociedade de Previdência Privada.

A seguir descrevemos algumas razões para a seleção das principais hipóteses.

TAXA REAL ANUAL DE JURO

A taxa real anual de juro, utilizada para trazer a valor presente os pagamentos dos benefícios definidos, conforme determina a redação vigente da Resolução CGPC nº 18/2006 e a Instrução nº 23, de 26/6/2015, deve ser justificada pela entidade fechada de previdência complementar com base em estudos técnicos que comprovem a aderência das hipóteses de rentabilidade dos investimentos ao plano de custeio e ao fluxo futuro de receitas de contribuições e de pagamento de benefícios.

A Willis Towers Watson, responsável pela avaliação atuarial do Plano D, realizou, em novembro de 2015, estudo de aderência da taxa de juros do plano com base na projeção da expectativa de retorno dos investimentos, alocação dos ativos e compromissos atuariais.

Quando apurada a TIR dos passivos, obteve-se, com intervalo de confiança de 50% (intervalo de confiança mínimo exigido pela Instrução nº 23/2015), suporte para a adoção da taxa real de juro de 5,31% a.a. para o plano de benefícios. Essa taxa está dentro do intervalo indicado pela Portaria Previc nº 197/2015 para esse plano (limite inferior: 3,81% a.a. e limite superior: 5,84% a.a.). Com um intervalo de confiança de 100% a TIR calculada pelo estudo indica que a alocação atual dos ativos é compatível com a taxa de juro de 4,0% a.a.. Assim, pode-se afirmar, com elevado nível de confiabilidade estatística a aderência da taxa real de juro de 4,00% a.a., condição que sinaliza a cobertura da taxa real de juro frente a taxa de retorno real esperada dos recursos garantidores.

A Previ Novartis – Sociedade de Previdência Privada e as patrocinadoras optaram pela manutenção da taxa de juro utilizada em 2014 de 4,0% a.a (quatro por cento).

PROJEÇÃO DO CRESCIMENTO REAL DE SALÁRIO

A taxa de crescimento salarial deve ser baseada na política de recursos humanos de longo prazo dos patrocinadores do plano de benefícios de modo a refletir o aumento real médio de salário que as empresas estimam que um empregado tenha ao longo de toda a sua carreira.

Com base nos resultados do estudo de aderência da hipótese de projeção de crescimento real de salário, a recomendação da Willis Towers Watson foi pela alteração da projeção do crescimento salarial de 2,00% a.a. para 2,59% a.a..

As patrocinadoras consideram que a taxa de projeção do crescimento real dos salários de 2,59% a.a. reflete a expectativa da empresa com relação à evolução futura média dos salários ao longo da carreira do empregado na empresa, de acordo com a política de Recursos Humanos das empresas patrocinadoras em questão.

FATOR DE DETERMINAÇÃO DO VALOR REAL AO LONGO DO TEMPO

Fator aplicado sobre os salários e benefícios, a fim de determinar um valor médio e constante, em termos reais, durante o período de um ano. Este fator é calculado em função do nível de inflação estimado e do número de reajustes, dos salários e benefícios, que ocorrerá durante o período de 12 meses.

A adoção de um fator de 100% reflete a opção por se utilizar valores nominais no processo de avaliação atuarial, independente da inflação.

HIPÓTESES BIOMÉTRICAS E DEMOGRÁFICAS

As tábuas biométricas e demográficas são instrumentos que permitem medir as probabilidades de ocorrências de eventos como morte, invalidez e desligamento de uma população em função da idade e do sexo.

Essas tábuas são selecionadas dentre um conjunto de tábuas geralmente aceitas no Brasil para a avaliação dos compromissos com benefícios de longo prazo.

A escolha da tábua de mortalidade que melhor se ajuste ao perfil dos participantes dos planos de benefícios tem sido um assunto amplamente discutido nos últimos anos pelas empresas. Atualmente não existem tábuas brasileiras que representem a mortalidade de participantes dos fundos de pensão no Brasil.

Os resultados dos estudos de aderência de hipóteses realizados pela Willis Towers Watson indicaram pela manutenção em 2015 das tábuas de mortalidade de válidos e inválidos, entrada em invalidez adotadas em 2014 e a necessidade de alteração da tábua de rotatividade e das probabilidades de entrada em aposentadoria.

REGIME FINANCEIRO E MÉTODOS ATUARIAIS

- Regime Financeiro: Capitalização
- Métodos:
 - Capitalização Financeira - Aposentadoria Normal, Antecipada, parcela de contribuição definida da Incapacidade, Benefício Proporcional Diferido, parcela de contribuição definida da Pensão por Morte e Resgate de Contribuições;
 - Crédito Unitário Projetado - Benefício Mínimo, parcela de benefício definido da Incapacidade e da Pensão por Morte.

COMENTÁRIOS SOBRE MÉTODOS ATUARIAIS

O método atuarial adotado gera custos ligeiramente crescentes, porém esse efeito pode ser minimizado, ou mesmo anulado, caso haja rotatividade ou rentabilidade superiores às admitidas nas hipóteses atuariais.

Os métodos de financiamento são adequados à natureza do plano e atende ao limite mínimo estabelecido no item 6 do Regulamento anexo a Resolução CGPC nº 18, de 28/03/2006.

III – PATRIMÔNIO SOCIAL

Com base no Balanço da Previ Novartis - Sociedade de Previdência Privada, o Patrimônio Social do Plano D em 31 de dezembro de 2015 é de R\$ 175.249.367,90.


A Willis Towers Watson não efetuou qualquer análise sobre a qualidade dos ativos que compõem o Patrimônio Social do Plano de Benefícios ora avaliado tendo se baseado na informação fornecida pela Previ Novartis - Sociedade de Previdência Privada.

De acordo com informações prestadas pela Previ Novartis – Sociedade de Previdência Privada para a manutenção de títulos mantidos até o vencimento (marcados na curva), o Plano possui estudos que evidenciam a capacidade de atendimento das necessidades de liquidez em função dos direitos dos participantes, das obrigações do plano e do perfil do exigível atuarial do plano de benefícios conforme determina Resolução nº 4/2002.

IV – PATRIMÔNIO DE COBERTURA, PROVISÕES E FUNDOS DO PLANO

Com base nos dados cadastrais, utilizando as hipóteses e os métodos anteriormente mencionados, certificamos que a composição do Patrimônio de Cobertura do Plano, das Provisões e Fundos do Plano em 31 de dezembro de 2015 é a seguinte:

	Valores em R\$
Patrimônio de Cobertura do Plano	159.047.537
Provisões Matemáticas	157.023.736
<i>Benefícios Concedidos</i>	8.014.111
Contribuição Definida	6.155.689
Saldo de Conta de Assistidos	6.155.689
Benefício Definido Estruturado em Regime de Capitalização	1.858.422
Valor Atual dos Benefícios Futuros Programados	0
Valor Atual dos Benefícios Futuros Não Programados	1.858.422
<i>Benefícios a Conceder</i>	149.009.624
Contribuição Definida	142.772.843
Saldo de Contas – Parcela Patrocinador(es)	58.400.992
Saldo de Contas – Parcela Participantes	84.371.851
Benefício Definido Estruturado em Regime de Capitalização Programado	369.526
Valor Atual dos Benefícios Futuros Programados	709.461
Valor Atual das Contribuições Futuras dos Patrocinador(es)	(339.935)
Valor Atual das Contribuições Futuras dos Participantes	0
Benefício Definido Estruturado em Regime de Capitalização Não Programado	5.867.255
Valor Atual dos Benefícios Futuros Não Programados	10.344.249
Valor Atual das Contribuições Futuras dos Patrocinador(es)	(4.476.994)
Valor Atual das Contribuições Futuras dos Participantes	0
<i>Provisão Matemática a Constituir</i>	0
Equilíbrio Técnico	2.023.800
<i>Resultados Realizados</i>	2.023.800
Superávit Técnico Acumulado	2.023.800
Reserva de Contingência	2.023.800
Reserva Especial para Revisão de Plano	0
Déficit Técnico Acumulado	0
Resultados a Realizar	0
Fundos	16.201.830
Fundo Previdencial	15.393.210
Reversão do Saldo por Exigência Regulamentar	1.818.605
Revisão de Plano I - 2013	2.389.854
Parcela Patrocinadora	2.332.938
Parcela Participante	56.915
Revisão de Plano II - 2015	11.184.749
Parcela Patrocinadora	11.091.916
Parcela Participante	92.833
Fundo Administrativo	808.620



O Fundo de Reversão do Saldo por Exigência Regulamentar é constituído pelas parcelas dos Saldos de Conta de Patrocinadora não consideradas no cálculo dos benefícios ou dos institutos e será utilizado conforme previsto no plano de custeio anual, aprovado pelo Conselho Deliberativo e fundamentado em Parecer do Atuário.

Os Fundos Previdenciais de Revisão de Plano I - 2013 (participante e patrocinadora) foram constituídos de forma voluntária no fechamento do exercício de 2013 com o valor da Reserva Especial apurada pelo segundo ano, em conformidade com o disposto na Resolução CGPC 26/2008, para revisão do plano.

O Fundo Previdencial de Revisão de Plano I – 2013 de Patrocinadora e de Participantes vêm sendo utilizados para abater contribuições normais de patrocinadora e contribuição básica de participantes desde julho/2015.

Em 2015 foram constituídos novos Fundos Previdenciais de forma voluntária com a Reserva Especial para Revisão de Plano no valor de R\$11.184.749,57.

Os fundos de 2015 foram apurados com base na proporção contributiva (parcela Benefício Definido) , verificada no período de janeiro/2014 a dezembro/2015, em que se deu a Reserva Especial, equivalentes a 99,17% para as patrocinadoras e 0,83% para os participantes e assistidos.

O Fundo Previdencial Revisão de Plano II – 2015 de Patrocinadora tem por finalidade a redução da contribuição normal de patrocinadora para o Plano D, desde que esgote os recursos do Fundo Previdencial de Revisão de Plano I – 2013 Patrocinadora. Essas contribuições serão creditadas pela reversão mensal deste fundo até o seu esgotamento, observado o plano de custeio vigente.

O Fundo Previdencial Revisão de Plano II – 2015 de Participantes será segregado entre participantes e assistidos na proporção das suas reservas matemáticas individuais em 31/12/2015, considerando os Benefícios Definidos (Benefício Mínimo e Invalidez e Morte). A parcela atribuível aos participantes contribuintes será utilizada para reduzir a contribuição básica a partir da competência de julho/2016. A parcela atribuída aos participantes não contribuintes e BPD serão alocadas em contas individuais e a dos assistidos destinadas ao pagamento de um benefício adicional, em parcela única, conforme previsto no regulamento do plano.

As patrocinadoras utilizarão os recursos do Fundo Previdencial Revisão de Plano II – 2015 de Patrocinadora oriundo da Reserva Especial, observadas as normas e as disposições regulamentares vigentes e a proporção das respectivas reservas matemáticas, considerando os Benefícios Definidos (Benefício Mínimo e Invalidez e Morte).

Os Fundos Previdenciais de Revisão de Plano de Patrocinadora e Participantes vêm sendo atualizados mensalmente pelo retorno dos investimentos.

RESERVA DE CONTINGÊNCIA

De acordo com o art. 7º da Resolução CGPC nº 26/2008, alterada pela Resolução CNPC nº 22/2015 o resultado superavitário deve ser destinado à constituição de reserva de contingência, até o limite de 25% das provisões matemáticas ou até o limite calculado pela seguinte fórmula, o que for menor:

- Limite da Reserva de Contingência = $[10\% + (1\% \times \text{duração do passivo do plano})] \times \text{Provisão Matemática}$

Para o Plano D da Previ Novartis, temos:

Limite máximo	Limite pela fórmula	Menor limite
25%	$10\% + (1\% \times 18,4) = 28,4\%$	25%

Uma vez que o limite de 28,4% calculado pela fórmula é maior que 25% das Provisões Matemáticas, foi alocado na reserva de contingência o equivalente a R\$2.023.800,75.

Ressaltamos que entende-se por Provisões Matemáticas as provisões cujo valor ou nível seja previamente estabelecido e cujo custeio seja determinado atuarialmente, de forma a assegurar sua concessão e manutenção.

AJUSTE DE PRECIFICAÇÃO

Para a avaliação atuarial de encerramento do exercício de 2015, passa a ser obrigatório o cálculo e aplicação do Ajuste de Precificação, conforme disposto no artigo nº 28 da Resolução CGPC nº 26/2008, na situação de distribuição de superávit.

O valor de Ajuste de Precificação é calculado para títulos públicos federais atrelados a índice de preços classificados na categoria títulos mantidos até o vencimento, correspondente à diferença entre o valor de tais títulos calculado considerando a taxa de juros real anual utilizada na Avaliação Atuarial e o valor contábil desses títulos.

De acordo com o art. 11 da Resolução CGPC nº 26/2008, alterada pela Resolução CNPC nº 16/2014, o valor do ajuste de precificação negativo será deduzido da reserva especial, para fins de cálculo do montante a ser destinado.

Uma vez que o valor de ajuste de precificação apurado foi positivo, o mesmo não é aplicável.

V – VARIAÇÃO DO PASSIVO ATUARIAL

O quadro a seguir apresenta um resumo do passivo atuarial encerrado em 31/12/2015 comparado com o passivo atuarial encerrado em 31/12/2014 atualizado, pelo método de recorrência, para 31/12/2015.

	Valores em R\$		Variação em %
	Exercício Encerrado	Exercício Anterior Atualizado	
Passivo Atuarial	157.023.736	158.558.369	-0,97%
<i>Benefícios Concedidos</i>	8.014.111	7.770.750	3,13%
Contribuição Definida	6.155.689	6.155.689	0,00%
Benefício Definido	1.858.422	1.615.061	15,07%
<i>Benefícios a Conceder</i>	149.009.624	150.787.618	-1,18%
Contribuição Definida	142.772.843	142.772.843	0,00%
Benefício Definido	6.236.781	8.014.774	-22,18%

Convém ressaltar que 5,16 % (R\$ 8.095.203,00) do Passivo Atuarial de R\$ 157.023.736,72 é determinado atuarialmente com base nas hipóteses e métodos anteriormente indicados, pois corresponde à parcela de benefício definido das Provisões Matemáticas de Benefícios Concedidos e à parcela das Provisões Matemáticas de Benefícios a Conceder relativa aos benefícios de risco e/ou benefício mínimo. Os 94,84% restantes (R\$ 148.928.533,72) são provenientes dos saldos de conta formados pelas contribuições dos participantes e das patrocinadoras acrescidas do retorno dos investimentos, cujas informações são de inteira responsabilidade da Previ Novartis - Sociedade de Previdência Privada.

A variação na Provisão Matemática de Benefícios Concedidos relativa ao benefício definido deve-se à movimentação na massa de participantes.

A redução da Provisão Matemática de Benefícios a Conceder relativa ao benefício definido deve-se à redução na quantidade de participantes e às alterações nas hipóteses baseadas no Estudo de Aderência.

Desta forma, concluímos que os compromissos atuariais variaram dentro do esperado, considerando a evolução da massa de participantes e as hipóteses selecionadas.

VI – PLANO DE CUSTEIO

PATROCINADORAS

De acordo com a Lei Complementar nº 109/2001, as patrocinadoras deverão efetuar, de abril/2016 a março/2017 as contribuições equivalentes a 0,55% da folha de salários de participantes correspondentes ao benefício mínimo, aos benefícios de incapacidade e pensão por morte. Além dessa contribuição, as patrocinadoras deverão contribuir com 0,85% da folha de salários de participantes para custear a despesa administrativa.

Adicionalmente, as patrocinadoras deverão efetuar as contribuições definidas no regulamento estimadas, em 4,15% da folha de salários de participantes (contribuição normal).

As contribuições das patrocinadoras, exceto aquelas destinadas a cobertura das despesas administrativas, serão custeadas pelo Fundo de Reversão, até o seu esgotamento e pelo Fundo Previdencial Revisão de Plano I e II de Patrocinadora enquanto houver recursos, conforme decisão do Conselho Deliberativo.

PARTICIPANTES

As contribuições dos participantes deverão ser praticadas conforme previsto no Regulamento do plano, que foram estimadas em 4,15% da folha de salários de participantes (contribuição básica).

As contribuições dos participantes serão custeadas pelo Fundo Previdencial Revisão de Plano I e II de Participante enquanto houver recursos, observado a proporção do montante do fundo que couber a cada um na divisão.

AUTOPATROCINADOS

Os participantes autopatrocinados deverão efetuar, além das suas contribuições individuais, as contribuições que seriam feitas pelas patrocinadoras, destinadas ao custeio de seu benefício, inclusive as contribuições para custeio das despesas administrativas.

As contribuições pagas pelos autopatrocinados, exceto para o custeio das despesas administrativas, serão efetuadas pelo Fundo Previdencial Revisão de Plano I e II de Participante ou de acordo com o disposto no Regulamento do Plano de Benefícios conforme o caso, observado a proporção do montante do Fundo de Revisão de Plano I e II que couber a cada um na divisão.

Tendo em vista a natureza do plano e a vinculação, nesse tipo de plano, da contribuição patronal com os fatos efetivamente ocorridos tais como salários realmente pagos, contribuição realizada pelo participante e índice de adesão ao plano, as taxas de contribuição definidas apresentadas neste Parecer são estimativas, podendo, portanto, deixar de coincidir com as taxas efetivamente praticadas.

RESUMO COMPARATIVO DO PLANO DE CUSTEIO

Tendo em vista a natureza do plano, apresentamos a seguir apenas as taxas de contribuição definidas atuarialmente.

Taxas de contribuição em % da folha de participação	Novo plano de custeio (a vigorar a partir de 1/4/2016)	Plano de custeio anterior
<i>Patrocinadores</i>		
Invalidez e Morte	0,53%	0,51%
Benefício Mínimo	0,02%	0,02%
Contribuição Total dos Patrocinadores	0,55%	0,53%

VII – CONCLUSÃO

O aumento do Superávit no exercício de 2015 ocorreu em função da redução nas provisões matemáticas devidas à movimentação da massa de participantes e ao ajuste nas hipóteses indicadas no Estudo de Aderência.

Face ao exposto, na qualidade de atuários responsáveis pela avaliação atuarial anual regular do Plano D da Previ Novartis - Sociedade de Previdência Privada, informamos que o plano se encontra solvente, tendo suas obrigações integralmente cobertas pelo Patrimônio de Cobertura do Plano.

Este parecer atuarial foi elaborado para a Previ Novartis – Sociedade de Previdência Privada com o propósito de apresentar os resultados da avaliação atuarial em 31/12/2015. Este documento não se destina ou deve ser utilizado para outros fins. Qualquer outro destinatário será considerado como tendo concordado que a Willis Towers Watson tem responsabilidade apenas com a Previ Novartis – Sociedade de Previdência Privada em relação a todas as questões relativas a este documento, e se basear neste documento não resultará na criação de qualquer direito ou responsabilidade pela Willis Towers Watson para tal destinatário.

Willis Towers Watson Consultoria Ltda.

Rio de Janeiro, 01 de março de 2016.

Gesiane de Mattos Cavalcante Moreira

MIBA nº 889

Adriana Gomes Rodrigues

MIBA nº 992



POLÍTICA DE
INVESTIMENTOS
PLANOS A e D



As informações a seguir aplicam-se aos Planos de Benefícios A e D e ao Plano de Gestão Administrativa da Previ Novartis.

TAXA MÍNIMA ATUARIAL/ÍNDICE DE REFERÊNCIA

Indexador por plano/segmento - período de referência: 1/2015 a 12/2015

PLANOS A e D

Participação %	Plano/Segmento	% Indexador	Indexador	Taxa de Juros % a.a.
100%	Plano	100%	IGP-DI	4,00%
100%	Renda Fixa	100%	IMA-Geral	0,00%
100%	Renda Variável	100%	IBrX	0,00%
100%	Imóveis	100%	IGP-DI	4,50%
100%	Emprést. e Financ.	100%	IGP-DI	5,00%
100%	Invest. no Exterior	100%	IGP-DI	5,00%
100%	Invest. Estruturados	100%	DI-CETIP	0,00%

PGA

Participação %	Plano/Segmento	% Indexador	Indexador	Taxa de Juros % a.a.
100%	Plano	100%	IMA-S	0,00%
100%	Renda Fixa	100%	IMA-S	0,00%
100%	Invest. Estruturados	100%	DI-CETIP	0,00%

DOCUMENTAÇÃO/RESPONSÁVEIS

Data de aprovação pelo conselho deliberativo: 17/12/2014

Administrador estatutário tecnicamente qualificado			
Segmento	Nome	CPF	Cargo
Plano	Mucio de Campos Maia Neto	064.357.868-44	DIRETOR

CONTROLE DE RISCOS

Risco de mercado	Associado às flutuações (volatilidade) nos preços dos ativos e nos níveis de taxas.
Risco de liquidez	Surge da dificuldade em se conseguir encontrar compradores potenciais de um determinado ativo no momento e no preço desejado.
Risco legal	Associado a incertezas relacionadas ao não cumprimento de diretrizes legais.
Risco operacional	Associado à possibilidade de perdas decorrentes de inadequação na especificação ou condução de processos, sistemas ou projetos da entidade.

Sobre riscos	Plano A	Plano D	PGA
Realiza o apreçamento de ativos financeiros?	Sim	Sim	Sim
Dispõe de Manual?	Sim	Sim	Sim
Possui modelo proprietário de risco?	Sim	Sim	Sim
Dispõe de Manual?	Sim	Sim	Sim
Realiza Estudos de ALM?	Sim	Sim	Não

ALOCAÇÃO DOS RECURSOS

Período de referência: 1/2015 a 12/2015

PLANOS A e D

Segmento	Mínimo	Máximo	Alvo
Renda Fixa	32,00%	100,00%	75,00%
Renda Variável	0,00%	45,00%	18,50%
Imóveis	0,00%	5,00%	0,00%
Empréstimos e Financiamentos	0,00%	5,00%	0,00%
Investimentos Estruturados	0,00%	10,00%	5,00%
Investimentos no Exterior	0,00%	3,00%	1,50%

Observação: As operações com derivativos serão realizadas em conformidade com o estabelecido na legislação das entidades fechadas de previdência complementar.

PGA

Segmento	Mínimo	Máximo	Alvo
Renda Fixa	90,00%	100,00%	100,00%
Investimentos Estruturados	0,00%	10,00%	0,00%

A EFPC observa os princípios de responsabilidade socioambiental? Sim

Utiliza derivativos? Sim

Avaliação prévia dos riscos envolvidos? Sim

Existência de sistemas de controles internos? Sim

PERFIS DE INVESTIMENTO

Os Planos A e D oferecem aos participantes 4 perfis de investimentos distintos. Veja os percentuais mínimo e máximo de alocação de cada segmento por perfil:

PLANOS A e D

	Superconservador	Conservador	Moderado	Agressivo
Renda Fixa	80% a 100%	77% a 100%	52% a 100%	32% a 100%
Renda Variável	-	-	0% a 25%	0% a 45%
Imóveis	0% a 5%	0% a 5%	0% a 5%	0% a 5%
Empréstimos e Financiamentos	0% a 5%	0% a 5%	0% a 5%	0% a 5%
Investimentos Estruturados	0% a 10%	0% a 10%	0% a 10%	0% a 10%
Investimentos no Exterior	-	-	0% a 3%	0% a 3%



DEMONSTRATIVO DE *INVESTIMENTOS*

PLANOS A e D



INFORMAÇÕES SOBRE O DEMONSTRATIVO DE INVESTIMENTOS – PREVI NOVARTIS 2015

OBSERVAÇÕES:

- As rentabilidades aqui apresentadas foram auferidas com base em metodologia própria utilizada pela Willis Towers Watson e são diferentes daquelas calculadas pelos gestores dos investimentos e/ou por meio da cota do plano, não sendo portanto as rentabilidade oficiais do seu plano de beneficiários.
- As rentabilidades Brutas não são apuradas pelas cotas dos fundos, mas sim apuradas pelo fluxo da TIR, com base mensal.
- As rentabilidades Líquidas não contemplam as taxas cobradas pelo gestores, nos fundos e carteiras de 2º nível em diante, e nem os custos contábeis da Entidade. Esses dados são informados pelos gestores e não são validados pela Willis Towers Watson.
- Os dados abaixo não contemplam valores relativos a imóveis e empréstimos/financiamentos.

RENTABILIDADES LÍQUIDA E BRUTA POR SEGMENTO

PLANOS A E D

Rentabilidade Bruta			
Segmento	Plano	Benchmark	Composição
Renda Fixa	11,06%	10,51%	90% IMA-Geral + 10% IMA-S
Renda Variável	-5,09%	-12,41%	100% IBrX
Investimentos Estruturados	14,19%	13,24%	100% CDI
Investimentos no Exterior	21,28% *	12,08% *	100% IGP-DI + 5% a.a.

Rentabilidade Líquida			
Segmento	Plano	Benchmark	Composição
Renda Fixa	10,94%	10,51%	90% IMA-Geral + 10% IMA-S
Renda Variável	-7,09%	-12,41%	100% IBrX
Investimentos Estruturados	12,37%	13,24%	100% CDI
Investimentos no Exterior	20,74% *	12,08% *	100% IGP-DI + 5% a.a.

* referente a 9 meses

ALOCÇÃO DOS RECURSOS POR FUNDO X GESTOR

Fundo	Gestor	Estratégia	Perfil	Plano A (R\$)	Plano D (R\$)	PGA	Consolidado
19.941.775/0001-90	BRADESCO	Renda Fixa	Imunizada	288.360.602	20.854.861	-	309.215.463
02.498.096/0001-95	BNP	Renda Fixa	Super conservador	140.882.715	49.745.652	423.330	191.051.699
02.498.096/0001-95	ITAU	Renda Fixa	Super conservador	140.319.223	49.546.683	421.637	190.287.544
01.631.246/0001-24	BRAM	Renda Fixa	Conservador	45.208.083	11.182.734	-	56.390.818
01.631.246/0001-24	ITAU	Renda Fixa	Conservador	45.492.697	11.253.137	-	56.745.835
01.631.246/0001-24	BBM	Estruturados	Conservador	627.158	155.134	-	782.293
01.631.246/0001-24	SAFRA	Estruturados	Conservador	441.256	109.149	-	550.405
01.631.246/0001-24	ARX	Estruturados	Conservador	599.607	148.319	-	747.926
01.631.246/0001-24	SANTANDER	Estruturados	Conservador	1.194.712	295.525	-	1.490.237
01.631.246/0001-24	BNP	Estruturados	Conservador	1.139.690	281.915	-	1.421.606
01.631.246/0001-24	OCEANA	Estruturados	Conservador	1.509.634	373.425	-	1.883.059
19.941.813/0001-04	BRAM	Renda Fixa	Moderado	19.363.903	9.506.686	-	28.870.590
Fundo	Gestor	Estratégia	Perfil	Plano A (R\$)	Plano D (R\$)	PGA	Consolidado

19.941.813/0001-04	ITAU	Renda Fixa	Moderado	19.275.131	9.463.104	-	28.738.235
19.941.813/0001-04	BBM	Estruturados	Moderado	459.208	225.447	-	684.655
19.941.813/0001-04	SAFRA	Estruturados	Moderado	258.156	126.741	-	384.897
19.941.813/0001-04	ARX	Estruturados	Moderado	436.603	214.349	-	650.953
19.941.813/0001-04	SANTANDER	Estruturados	Moderado	766.541	376.332	-	1.142.873
19.941.813/0001-04	BNP	Estruturados	Moderado	730.249	358.515	-	1.088.764
19.941.813/0001-04	OCEANA	Estruturados	Moderado	985.369	483.765	-	1.469.135
19.941.813/0001-04	BRAM	Renda Variável	Moderado	2.889.391	1.418.543	-	4.307.934
19.941.813/0001-04	OCEANA	Renda Variável	Moderado	2.874.246	1.411.108	-	4.285.355
19.941.813/0001-04	VINCI	Renda Variável	Moderado	1.401.081	687.859	-	2.088.940
19.941.813/0001-04	BTG	Renda Variável	Moderado	1.258.198	617.711	-	1.875.909
19.941.813/0001-04	VINCI	Renda Variável	Moderado	1.368.286	671.758	-	2.040.045
19.941.813/0001-04	POLLUX	Renda Variável	Moderado	1.261.650	619.405	-	1.881.056
19.941.813/0001-04	BRZ	Renda Variável	Moderado	1.310.494	643.385	-	1.953.880
19.941.813/0001-04	ITAU FOF	Exterior	Moderado	1.379.091	677.063	-	2.056.154
19.941.829/0001-17	BRAM	Renda Fixa	Agressivo	531.387	513.632	-	1.045.020
19.941.829/0001-17	ITAU	Renda Fixa	Agressivo	527.695	510.064	-	1.037.759
19.941.829/0001-17	ARX	Estruturados	Agressivo	11.361	10.982	-	22.343
19.941.829/0001-17	SANTANDER	Estruturados	Agressivo	23.631	22.841	-	46.473
19.941.829/0001-17	BNP	Estruturados	Agressivo	19.156	18.516	-	37.673
19.941.829/0001-17	OCEANA	Estruturados	Agressivo	29.089	28.117	-	57.207
19.941.829/0001-17	BRAM	Renda Variável	Agressivo	154.526	149.363	-	303.889
19.941.829/0001-17	OCEANA	Renda Variável	Agressivo	141.837	137.097	-	278.934
19.941.829/0001-17	VINCI	Renda Variável	Agressivo	63.067	60.960	-	124.027
19.941.829/0001-17	BTG	Renda Variável	Agressivo	63.340	61.224	-	124.565
19.941.829/0001-17	VINCI	Renda Variável	Agressivo	61.021	58.982	-	120.004
19.941.829/0001-17	POLLUX	Renda Variável	Agressivo	58.071	56.131	-	114.203
19.941.829/0001-17	BRZ	Renda Variável	Agressivo	59.395	57.410	-	116.805
TOTAIS				723.536.569	173.133.645	844.968	897.515.184

ALOCAÇÃO DOS RECURSOS POR SEGMENTO

Segmento	Plano A	Plano D	PGA	Consolidado
Renda Fixa	699.961.441	162.576.556	844.968	863.382.967
Renda Variável	12.964.609	6.650.943	0	19.615.553
Estruturados	9.231.427	3.229.082	0	12.460.509
Exterior	1.379.091	677.063	0	2.056.154
TOTAIS	723.536.569	173.133.645	844.968	897.515.184

OUTRAS ALOCAÇÕES

Gestor	Plano A	Plano D	PGA	Consolidado
Caixa	494.963	2.935	-	497.898
Contas a Pagar/Receber	(5.590)	5.590	-	0
TOTAIS	489.373	8.525	0,00	497.898



ALTERAÇÕES DE ESTATUTO

PLANO D

Em 15/12/2015, a Previ Novartis divulgou aos participantes alterações no Estatuto da Entidade, que foram submetidas à análise da Previc em 15/01/2016. Veja, abaixo, os principais aspectos que sofreram alterações:

- O tempo de mandato dos órgãos dirigentes da Entidade, passa de 4 para 5 anos
- A composição dos Conselhos Deliberativo e Fiscal mudou de 4 para 3 membros titulares e foram excluídos os suplentes

Além destas alterações, foram sugeridos ajustes redacionais e também de procedimentos internos da Entidade, que não causam impacto para o participante.

**Em breve a Previ Novartis divulgará mais informações sobre este processo.
Aguarde e acompanhe!**

